UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua
portuguesa

EUGÉNIA DE JESUS DAS NEVES

Instâncias de Poder e Mudança Linguística: Um estudo a partir de
análise de empréstimos em jornais timorenses

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua
portuguesa

Instâncias de Poder e Mudança Linguística: Um estudo a partir de
Análise de empréstimos em jornais timorenses
(Versão corrigida)

Eugénia de Jesus das Neves

Dissertação apresentada à Faculdade
Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, como
requisito para obtenção de título de
Mestre em Letras

Área de Concentração: Filologia e
Língua Portuguesa

Orientador: Profr. Dr. Valdir Heitor
Barzotto

(Versão corrigida de acordo com a orientação
da banca e do aval do orientador. O original se
encontra disponível na biblioteka da FFLCH-
USP)

São Paulo
2011

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Neves, Eugénia de Jesus das

Instância de poder e mudança linguística : um estudo
a partir de análise de empréstimos em jornais timorenses.

/ Eugénia de Jesus das Neves ; orientador Valdir Heitor
Barzotto. – São Paulo, 2011.

120 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas.
Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Linguística – estudo – Timor Leste. 2. Língua –
Timor Leste. 3. Jornais – Timor Leste. 4. Mídia impressa –
Timor Leste. 5. Poder. I. Título. II. Barzotto, Valdir Heitor.

CDD 410

Neves, E. J. **Instâncias de Poder e Mudança Linguística: um estudo a partir de análise de empréstimos em jornais timorenses.** Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Mestre em Letras. Área de concentração: Filologia e Língua portuguesa.

Aprovado em: 11 de Fevereiro de 2011

Banca Examinadora

Profr. Dr. Valdir Heitor Barzotto (orientador)
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Assinatura _____

Profa. Dra. Márcia Santos Duarte de Oliveira
Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo

Assinatura _____

Profr. Dr. Thomas Massao Fairchild
Universidade Federal do Pará - UFP

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Valdir H. Barzotto pela orientação científica, sua disponibilidade sem reservas, contribuindo para um Timor-Leste melhor, aceitando orientar-me sem mesmo ter me conhecido

Aos professores que lecionaram neste programa

Ao Geppep, que me ajudou a agregar minhas idéias

A todos os colegas que contribuíram de uma forma ou de outra durante toda esta trajetória

Às Congregações: Canossiana e de Frei Luis Amigó, pelo seu acolhimento como uma das delas, e pela ajuda nos momentos mais difíceis para trilhar este caminho

À Ercilene, Lediane e Diego, pelas leituras e sugestões

Aos colegas: Adriana, Cibele, Rafael e outros, pela partilha nos trabalhos em grupo

À Margarete, pela companhia que torna fácil o *difícil*

À Ir. Francisca, que experimentamos juntas o *doce* e o *amargo*

À Márcia, que me ajudou em vários sentidos

À minha família, por todo o apoio, amor e confiança

À CAPES pelo apoio financeiro

À secretaria de Estado das Políticas Energéticas do Timor-Leste, em especial ao sr. Avelino Coelho da Silva, pelo seu apoio para este curso

À Universidade Nacional de Timor Loro Sa'e

Toda pessoa possui ainda a mesma liberdade que Adão tinha de atribuir um nome qualquer a qualquer ideia (Ensaio sobre o entendimento humano, 1690 C, VI, 51-Loke)

Sylvan Auroux

RESUMO

Nesta dissertação, nosso objetivo é verificar a mudança linguística do Tétum, uma das dezesseis línguas timorenses, definida como oficial em parceria com o Português. Essa mudança é observada a partir de um processo provocado por fatores externos tendo em vista a situação de Timor-Leste como um país anteriormente dependente de outras nações, e, por isso, sujeito às constantes mudanças relacionadas à imposição do poder. Pelo fato de o Timor-Leste ter atravessado diferentes situações, foi necessário fazer uma descrição do ponto de vista diacrônico de seu processo histórico, no sentido de verificar as etapas pelas quais o Tétum foi sofrendo alterações devidas a uma imposição e não a uma mudança natural da língua. Levando em conta a imposição das normas linguísticas pelas instâncias do poder, temos como objetivo específico analisar os empréstimos do Português no Tétum veiculados em textos de jornais que circulam em Timor-Leste para verificar se o uso da língua resultante dessa imposição poderá responder aos princípios baseados na lei que procura desenvolver o Tétum como língua oficial e preservá-la como uma das línguas nativas. O motivo da escolha dos jornais como *corpus* é devido à influência da linguagem veiculada pela mídia, e, à influência do poder materializada nesses textos.

Palavras-chave: Tétum, Instâncias de Poder, Mudança Linguística, Mídia, empréstimos linguísticos

ABSTRACT

In this dissertation, our objective is to verify the linguistic change of Tétun, one of the sixteen Timorese languages, defined as co-official language along with Portuguese. This change has been observed from a process provoked by external factors in view of the situation of Timor-Leste as a country previously dependent of other nations, and, therefore, it is subject to the constant changes related to the imposition of the power. For the fact of Timor-Leste having undergone different situations, it was necessary to make a description of the diachronic point of view of its historical process, in the sense of verifying the stages for which the Tétun was suffering from alterations due to an imposition and not to a natural change from the language. Taking into account the imposition of the linguistics norms by the stages of the power, we have as specific objective to analyze the use of the Portuguese language in Tétun diffused in the texts of news papers that circulate throughout Timor-Leste, to verify if the use of the language resulting from this imposition will be able to answer to the principles based on the law that it looks to develop the Tétun as official language and to preserve it as one of the native languages. The reason of the choice of news papers as *corpus*, is caused by the influence of the language diffused by the media, and the influence of the power materialized in these texts.

Key words: Tétun, Stages of the Power, Linguistic change, Media, Linguistics usage

REZUMU

Iha disertasaun ida ne'e, ami nia objetivu atu haree mudansa linguística Tetun nian nu'udar lian ida husi sanulu resin neen ne'ebé koalia iha Timor-Leste hanesan lian ofisiál hamutuk ho lian Portugés. Mudansa ida ne'e ami haree hosi prosesu ida ne'ebé mai hosi fatór externu tanba haree Timor-Leste nu'udar rai ida ne'ebé, uluk, liu ona husi nasaun sira seluk nia ukun, ne'e duni hasoru mudansa oin-oin tuir ukun-na'in sira nia haruka. Tanba Timor-Leste hasoru ona situasaun oin-oin, ami buka atu halo deskrisaun ida hosi pontu de vista diakróniku iha nia prosesu istóriu, atu haree etapa sira ne'ebé lian Tetun liu husi, sai nu'udar mudansa ida tanba impozisaun, no laós tanba mudansa baibain iha lian ida nia laran. Haree mos ba norma linguística ne'ebé instáncia de poder sira hatuur, ami nia objetivu espesífiku atu haree liafuan Portugés iha Tétun ne'ebé hakerek iha jornál sira hadulas iha Timor-Leste atu haree karik linguajem ne'ebé ita uza nu'udar rezultante hosi impozisaun ne'e bele hatán ba prinsípiu sira ne'ebé hakerek ona iha lei atu dezenvolve lian Tetun nu'udar lian ofisiál no atu prezerva hanesan lian rai-laran nian. Tansá ami hili jornál sai nu'udar korpus, ami haree ba influénsia linguajem, ne'ebé liu hosi média, no mos influénsia hosi poder ne'ebé materializada iha textu sira nee.

Lia-fuan xave: Tetun, Instáncia poder nian, mudansa linguística, Média empréstimu linguístiku

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 – Abordagem geral sobre Timor-Leste	18
1.1 Localização geográfica	18
1.2 Timor-Leste como ex-colônia portuguesa	22
1.3 Conflitos políticos e a retirada dos portugueses do Timor-Leste	23
1.4 Timor-Leste integrado na Indonésia	24
1.5 A independência de Timor-Leste	25
1.6 Situação linguística do Timor-Leste	26
1.7 O Bilinguismo	28
1.8 Estabelecimento de uma política linguística para o Timor-Leste	29
1.9 A situação linguística de 1999 a 2009 e o estabelecimento de nova política linguística	31
1.10 O Tétum no contexto linguístico do Timor-Leste	36
1.11 As línguas de ensino no Timor-Leste	38
Capítulo 2 – Fundamentos teóricos	42
2.1 A mudança linguística	43
2.2 Fatores externos na mudança linguística	45
2.3 Mudança linguística em relação ao poder	59
2.3.1 O Governo	51
2.3.2 A Universidade (O INL)	54
2.3.3 A Mídia	56
2.4 A Ortografia do Tétum	58
2.5 Os empréstimos linguísticos	62
2.6 Os empréstimos do Português no Tétum	65
Capítulo 3 – O Corpus	70
3.1 Descrição do <i>corpus</i>	70
3.1.1 <i>Diário</i>	71
3.1.2 <i>Suara Timor Lorosa'e</i>	72
3.1.3 <i>Dili Weekly</i>	73

3.1.4	<i>Tempo Semanal</i>	74
3.2	Uma visão geral	75
Capítulo 4 – Descrição dos empréstimos.....		77
4.1	Levantamento de dados	78
4.1.1	O aspecto ortográfico	83
4.1.2	O aspecto morfossintático	85
4.1.3	O aspecto semântico	91
4.1.4	Emprego de vocábulos do Malaio	94
4.1.5	Algumas inadequações	95
Capítulo 5 – A Universidade: um lugar de onde se pode argumentar sobre a língua		97
5.1	O que dizem os autores	97
5.2	Considerações finais	104
5.3	Sobre nossos questionamentos	108
Referências bibliográficas		111
Anexos		114

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo geral observar como a mudança linguística através de contatos sociais se caracteriza como algo imposto. De uma forma geral as línguas estão em constante mutação. Elas se modificam ao longo dos tempos e os falantes vão criando novos neologismos, formando assim o léxico dentro de uma determinada comunidade de modo que uma língua nunca permanece estática. Diferentemente desse tipo de alteração da língua, existe outra forma em que a língua muda por força de fatores exteriores, adotando empréstimos das outras línguas no caso de colonização ou invasão. Essa influência de uma língua sobre outra tem relação com o poder, com novas situações, em que o povo, ou seja, qualquer falante está sujeito a novos processos linguísticos. Relativamente a essa mudança, pretendemos, no nosso trabalho, propor um estudo sobre o tema: **Instâncias do Poder e Mudança linguística: Um estudo a partir de análise de empréstimos em jornais timorenses**. Esse estudo recai sobre a língua Tétum, uma das dezesseis línguas timorenses, definida como co-oficial em parceria com o Português e considerada como a língua mais falada no país e que teve mais contato com as línguas oficiais nos períodos de dominação.

Nesse trabalho consideramos a mudança linguística não apenas como um problema universal, posto que a língua é mutável e o ser mutável pertence à natureza da língua, mas também como fruto de outros fatores que serão posteriormente abordados. Timor-Leste, além de ser multilingue, sempre sofreu mudanças políticas, como a dominação de outros países até à sua independência, encarando, portanto, não apenas a imposição de uma língua oficial, mas, também, a troca de línguas oficiais em períodos diferentes – colonização de Portugal, invasão da Indonésia e a independência de Timor-Leste. Desse modo esse país pode ser caracterizado como *babel* e sujeito a qualquer mudança. As dezesseis línguas nativas foram influenciadas por línguas politicamente dominantes e também por fatores externos como os contatos sociais, políticos, comerciais, etc.

Como sabemos que a língua é dinâmica e está em constante mutação através de práticas sociais, assim podemos dizer que, a língua Tétum, que é foco do nosso trabalho, não muda apenas por natureza dentro da comunidade,

mas, também, por meio de contatos sociais fora da comunidade. Esse contato não é mera comunicação entre sociedades, mas advém de fatos históricos, cruciais, sangrentos, ocorridos antes que se estabelecessem laços de amizade e os países se harmonizarem culturalmente. Nesses contatos, novos vocábulos foram assimilados e assim a língua se foi transformando. Esses vocábulos são denominados linguisticamente como “empréstimos”, empréstimos estes que serão analisados neste trabalho.

Como um dos fatores externos na mudança de uma língua, Dubois (1978), no seu dicionário de linguística define o empréstimo como um fenômeno mais importante em todos os contatos de línguas. Antes da colonização, em Timor-Leste, o povo vivia organizado em tribos, chefiados por nativos, e assim não havia muito contato entre as populações. O povo vivia do cultivo da terra, da criação de gados, da pesca ou da caça. Diferentemente de hoje em dia, não parecia haver necessidade de contato com povos vizinhos, ou antes, não havia tal possibilidade. Ao contrário, começando com a colonização portuguesa, ficou marcada uma história em que as línguas nativas tiveram influência predominante de línguas estrangeiras, neste caso, línguas que vieram a ser oficiais.

Essas línguas oficiais foram sequentemente o Português, a partir de 1702 até 1975 (início da estruturação político-militar no Timor-Leste até o início da guerra civil nesse mesmo país), o Malaio Indonésio de 1976 até 1999 (desde a invasão até o referendo em 30 de Agosto), e, o Tétum e o Português a partir de Maio de 2002, depois da restauração da independência.

Antes de analisarmos os empréstimos no Tétum, precisamos fazer uma breve observação do ponto de vista diacrônico para verificarmos como o Tétum chegou ao estado em que se encontra hoje, pois é importante considerarmos a gênese de uma determinada língua como fato histórico.

A presença de outras línguas modificou a situação linguística no Timor-Leste. Por serem línguas de países dominadores, e também línguas oficiais, sua influência acabou sendo maior do que qualquer outra língua nativa ou uma língua estrangeira minoritária porque seu uso foi obrigatório em determinados contextos. Na época da colonização portuguesa existiam, por exemplo, o Chinês falado pela comunidade chinesa e o Malaio falado pelos descendentes de árabes, antes da entrada dos indonésios. Essas línguas não tiveram

influência ou quase nada sobre as línguas locais, pelo fato de seu uso ser restrito e a comunicação dos falantes com os nativos ser na língua Tétum. Após a independência, o Tétum que já se encontrava influenciada pelo Português e Malaio, e, como língua veicular entre as diferentes línguas nativas, se tornou oficial. Para observarmos a mudança nas línguas através de forças exteriores, nos limitamos a analisar a língua Tétum que tem o maior número de falantes.

Hoje em dia fala-se muito de políticas linguísticas, e, este fenômeno ocorre geralmente nos países ex-colonizados como em muitos países da África e da Ásia, ou seja, em lugares onde tem existido dominação política de outros países. Em Timor-Leste, houve colonização e invasão, fatos históricos que mencionamos como antecedentes para explicarmos as políticas linguísticas desse país numa situação livre e independente e o efeito das línguas do poder (Português e Malaio Indonésio) sobre a língua Tétum.

O objetivo específico deste trabalho é a análise dos empréstimos do Português no Tétum, tendo em vista que a política linguística do país, além de optar por várias línguas de outros países como o Português, o Inglês e o Malaio indonésio como meio de intercomunicação, procura preservar as línguas nacionais ou locais como patrimônio cultural. A ideia de analisar a língua Tétum parte dos princípios baseados em lei nacional como o artigo 13º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste que prescreve: “O Tétum e o Português são as línguas oficiais de Timor-Leste”, e, o decreto do Governo nº 1/2004 sobre o padrão ortográfico do Tétum que prevê no artigo 4º nº2: “O INL deve continuar a desenvolver as actividades científicas necessárias à preservação e protecção das restantes línguas nacionais (...)”.

Porém, como se deve preservar e ao mesmo tempo desenvolver uma língua para que seja uniformizada, tendo cada falante a liberdade de se apropriar dessa mesma língua para se comunicar? A língua é um sistema que nunca estará pronto e precisa refazer-se continuamente e, à medida que encara novas realidades, esse sistema que parecia estar perfeito, encontra lacunas que precisam ser preenchidas por novos vocábulos (neologismos ou empréstimos). Mas, como introduzir esses empréstimos se a língua precisa ser preservada, uma vez que o uso excessivo de empréstimos pode eliminar aos poucos a língua nativa? Esta é a questão que queremos colocar neste trabalho.

Os escritores, como muitos falantes, muitas vezes atribuem à língua, carácter de força, prestígio, domínio, sem fazer referências às fontes como o “porque” desse carácter e às instâncias de poder como agentes de uma imposição. Este será também um assunto a ser questionado.

Coseriu (1979) faz referência a Malmberg, que, como Bally, é da mesma linha de pensamento de Saussure, pois considerava o aspecto sincrónico como método adequado para um linguista ao fazer um estudo para estar em harmonia com a própria natureza do assunto estudado, porém, na perspectiva diacrónica, não é mais a língua que se percebe, mas uma série de acontecimentos que a modificam. Diante dessas afirmações uma das coisas que Coseriu mostra é que “não há nenhuma contradição entre *sistema* e *historicidade*, ao contrário, a historicidade da língua implica a sua sistematicidade” (Coseriu, 1979, p.17) e, a língua é, por sua natureza, um objeto histórico. Por isso para falar de um estado de língua, devemos considerar que as mudanças ocorrem entre dois momentos e, por isso, são necessariamente diacrónicas. Um estado de língua é sempre resultado de outro anterior (idem).

Desse modo, para podermos estudar o estado de uma língua, é necessário ter uma visão diacrónica. Por isso, para este estudo, baseamo-nos nos textos de Luiz Filipe R. Thomaz sobre o Problema Linguístico de Timor-Leste (Thomaz, 2002) e de João Paulo T. Esperança (Esperança, 2001) sobre Estudos de Linguística Timorense. Também nosso conhecimento sobre a língua como falante nativa e a experiência vivida contribuem para este estudo. Embora o trabalho se limite no período após a independência e os dados sejam de 2009, o que significa que o estado da língua Tétum a ser analisado é o atual, não diremos que este seja um estudo sincrónico, pois dentro desse período a língua não permaneceu estática e muita mudança ocorreu. Para relacionarmos a mudança da língua em questão com os fatos históricos devidos a fatores externos, neste caso, a imposição de uma língua outra, organizamos o trabalho da seguinte forma:

Estruturamos o trabalho em 5 capítulos. No capítulo 1, fazemos uma abordagem geral do Timor-Leste: sua localização geográfica, os aspectos históricos a partir da entrada dos portugueses durante a colonização, a invasão da Indonésia até a independência de Timor. Nessa abordagem, descrevemos sucintamente como foram os primeiros contatos desses dois países

dominantes (Portugal e Indonésia) com Timor-Leste, a influência cultural e religiosa, a situação linguística do Timor e o estabelecimento de políticas linguísticas. No contexto das políticas linguísticas, mostramos como as línguas oficiais são impostas nos espaços formais, (como a administração e escolas), e como influenciaram outras línguas em cada um dos três períodos. A língua Tétum, sendo o principal objeto de estudo, é contextualizada neste capítulo, segundo sua história como também sua estrutura. Em seguida, mostramos mapas com a localização geográfica de Timor, mapa político dividido em Distritos e mapa linguístico.

No capítulo 2 apoiamo-nos em alguns autores como Eugénio Coseriu (1979), Weinreich (org-2006) e Matoso Câmara (2002). Estes autores falam da mudança e evolução linguística tal qual a concebemos, que vai ser tratada em nosso trabalho. Ao falar de mudança linguística como resultado de uma imposição, fazemos referência às instâncias de poder que interferem diretamente no estabelecimento das políticas linguísticas, neste caso, o Governo, a Universidade e a Mídia. Ainda no capítulo 2, falamos do padrão ortográfico da língua Tétum e da adoção de empréstimos linguísticos como devidos à imposição do poder no sentido de gerenciar uma norma para a língua escrita. Recorremos então a Calvet (2007) que fala de dois tipos de gestão: *gestão in vivo* e *gestão in vitro*, em que, no contexto timorense, os partidos políticos interferem na escolha da língua oficial e o Governo estabelece uma norma para uso de uma língua para fins formais a partir de uma prática social, criada pelas comunidades linguísticas para sua comunicação. Para falarmos de “imposição” de poder, baseamo-nos na Análise de discurso de Michel Pêcheux (Gadet e Hak, 1993).

Dos jornais que circulam em Timor-Leste foram selecionados quatro exemplares que servem de *corpus* para nossa análise e que são descritos no capítulo 3. Além desses jornais, analisamos também alguns textos acadêmicos e documentos oficiais que servem de embasamento teórico que tratam da língua Tétum e das línguas em geral. O propósito de analisar jornais é comprovar como a imposição do poder na mudança linguística se materializa nesses dados. Nessa análise apoiamo-nos na tese de doutorado do Professor Valdir Heitor Barzoto (1998).

No capítulo 4 fazemos a análise dos empréstimos. O Tétum assimilou muitos empréstimos do Português e do Malaio indonésio, além de outras línguas com menor influência. Neste trabalho só analisamos empréstimos do Português. Para esse objetivo, relacionamos alguns trechos de jornais que mostram a fala de diferentes pessoas em diferentes contextos e com conhecimentos diferentes em língua portuguesa. Sendo que, na análise desse *corpus* consideramos o aspecto ortográfico, morfossintático e semântico. Não detalharemos muito cada um desses aspectos, mas faremos uma análise geral deste uso em relação às políticas linguísticas e à fala das pessoas como parte viva da língua. O aspecto fonológico não será tratado na análise de dados, já que o *corpus* é material impresso e a escrita no jornal não possibilita tal análise. Porém faremos algumas descrições a respeito do sistema fonológico em geral e de como se manifesta em relação às variedades regionais e diferentes conhecimentos da língua. Cada trecho terá uma glosa para a melhor compreensão do leitor.

Depois da análise de dados, passamos ao capítulo 5. Nesse capítulo dialogamos com alguns textos acadêmicos que servem de embasamento teórico para o nosso trabalho, pois consideramos a Universidade como lugar de argumentar. Tratamos nesse caso da atribuição da força à própria língua, ou da influência de uma língua sobre a outra. Não deixamos de questionar também a respeito das “variedades altas” e “variedades baixas” dentro de uma comunidade ou um país como normalmente são consideradas. Por último, apresentamos as considerações finais sobre a pesquisa realizada para essa dissertação, resumindo sucintamente o que será visto ao longo do trabalho e tentaremos responder às questões colocadas. Em seguida, serão dadas as referências bibliográficas e anexados alguns recortes dos jornais que fazem parte do *corpus*.

CAPÍTULO 1

Abordagem geral sobre Timor- Leste

1.1 Localização geográfica

Imagem de Maurício Waldman *in*: Enciclopédia livre

A ilha de Timor está localizada no sudeste asiático, entre dois países gigantescos: Austrália e Indonésia. Timor-Leste ocupa metade dessa ilha (pertencendo outra metade à Indonésia). Por isso possui sua fronteira terrestre com a Indonésia e fronteira marítima com a Austrália. Na ilha, com muitas montanhas e vales, as cordilheiras findam no mar e por isso nem todo o litoral

é plano. O clima é equatorial, com duas estações, uma seca e a outra de chuva. A temperatura varia conforme as regiões do litoral e das montanhas. A superfície é de aproximadamente 18.000m² e a população é de mais ou menos 1.100.000 habitantes. Conforme cada região, a população vive da agricultura, de criação de gado, de artesanato e também da pesca, com sistemas tradicionais.

O território está dividido em treze distritos. Cada um deles se subdivide em subdistritos e estes em *sucos*¹ e depois em aldeias, as menores divisões administrativas. Os treze distritos são: Dili (capital), Aileu, Ermera, Liquiçá, Baucau, Manatuto, Viqueque, Lautém, Ainaro, Manufahi, Bobonaro, Covalima e Oecussi. Este último (Oecussi) está dentro do território indonésio e foi a primeira sede administrativa do Timor português. Cada distrito ou sub-distrito é dirigido por um administrador. Fazem parte do território de Timor-Leste, a ilha de Ataúro que fica a norte do país e outra ilha menor situada na ponta leste, chamada Jaco.

O Timor-Leste foi uma das colônias portuguesas desde a era dos “descobrimentos”. Segundo Thomaz (2002) os portugueses entraram por três vias: comércio, política e religião. Só em 1702 estabeleceu-se a administração político-militar que permaneceu por quatro séculos e meio. Timor-Leste era designado de Timor português sendo o Timor ocidental, Timor indonésio. Em 1975 se deu a guerra civil provocada pelos partidos políticos liderados pelos timorenses, seguida de uma invasão da Indonésia. A presença deste país em Timor durou vinte e quatro anos e terminou com um referendo liderado pelas Nações Unidas em 1999. Timor-Leste atravessou vários momentos cruciais até que se viu livre destas situações, tornando-se independente em 20 de Maio de 2002, independência esta que foi reconhecida internacionalmente.

Timor-Leste foi desde o tempo colonial distribuído em concelhos administrativos, postos administrativos e sucos. Um dos concelhos era o enclave de Oe-Kusi na parte ocidental da ilha. Assim quando o país foi anexado pela Indonésia, essas divisões permaneceram substituindo o nome de *concelho*, *posto* e *suco* para *kabupaten*, *kecamatan* e *desa*. Atualmente são designados por *Distritos*, *sub-distritos* e *sucos*. Na era colonial, os concelhos e

¹ Divisão administrativa dentro do sub-distrito dirigido por um chefe nativo (*xefe suku*)

postos eram administrados por portugueses, sendo que houve uma pequena alteração nos últimos anos da colonização, ficando os subdistritos sob a direção de timorenses; no governo indonésio, esses subdistritos eram administrados por timorenses e com acessores indonésios; os sucos sempre foram dirigidos por chefes nativos sem salário ou com um salário mínimo.

A seguir vamos mostrar o mapa político de Timor-Leste dividido em distritos:

Mapa político de Timor-Leste

1.2 Timor-Leste como ex- colônia portuguesa

Quando os portugueses, na era dos “descobrimentos”, atravessaram o Oceano Índico, puderam recolher-se nas costas de países que marginavam esse oceano. Um desses lugares foi a ilha de Timor onde abundava o sândalo, uma planta perfumosa que atraía os estrangeiros, não só portugueses como também outros povos. Conforme Thomaz (2002), nos princípios do século XVI até os meados deste século, a presença dos portugueses era por motivações comerciais de mercadores que vinham de navios portugueses e também de particulares, fazendo troca de alguns objetos por pau sândalo e alguns outros produtos.

Na segunda metade do século XVI, os missionários que já estavam na Ásia propagando a religião cristã, resolveram ir para a outra parte do arquipélago, chegando assim às ilhas de Sumatra, Java e as pequenas ilhas como Solor e Flores (estas perto de Timor), todas elas pertencentes hoje à Indonésia, acabando por entrar também em Timor. A presença dos missionários não foi só nas costas da ilha, mas até as zonas do interior, ao passo que os comerciantes só ficavam no litoral. Nos lugares onde os missionários se instalaram propagou-se o catolicismo e abriam-se escolas em alguns lugares para alfabetizar a população. Essa presença dos missionários e posteriormente das religiosas nem sempre foi estável e chegaram a deixar Timor, o que fez com que a instrução escolar e a religiosa regredissem.

A política administrativa portuguesa só foi estabelecida em 1702 quando foi enviado um governador de Portugal para Timor com uma força de umas dezenas de homens. Segundo Thomaz (2002), esse envio foi na sequência do pedido dos missionários, com apoio dos chefes nativos, que estavam receosos com a propagação do calvinismo por parte dos holandeses. A partir daquele momento Timor começou a pertencer ao protetorado português. Aos chefes nativos foram atribuídos patentes de oficiais de exército para o combate. Conforme Thomaz:

Uma série de campanhas militares vitoriosas levou ao estabelecimento de uma dominação efectiva sobre os reinos do interior e todo o território se viu então compreendido numa apertada malha de uma cinquentena

de postos militares, mais tarde entregues à administração civil. Os régulos perderam parte de seus poderes, tutelados agora por uma administração burocrática de tipo colonial, presente em todos os cantos da província e não já, como até então, apenas na capital. (Thomaz, 2002, p. 138)”

Com uma situação assim mais favorável, e os centros de administração estabelecidos em todas as partes do território, Portugal manteve seu domínio até a abolição do “salazarismo” em 1975.

1.3 Conflitos políticos e a retirada dos portugueses do Timor- Leste

Quando no dia 25 de Abril de 1974 se deu a “revolução dos cravos” em Portugal, foi dada às colônias liberdade para escolher seus próprios destinos. Timor-Leste como uma das colônias de Portugal, formou três partidos: Fretilin (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente), UDT (União Democrática Timorense) e APODETI (Associação Popular Democrática Timorense). O primeiro partido ambicionava uma independência imediata, o segundo continuaria sob o domínio português para uma independência a longo prazo, e, o terceiro, pretendia uma integração com a Indonésia. Essas eram as idéias fundamentais dos três partidos políticos.

Desde que surgiram esses partidos, começaram os confrontos políticos até que, em 11 de Agosto de 1975, a UDT começou com um golpe que se seguiu de um contragolpe pelo partido Fretilin no dia 20 do mesmo mês. Teve início então uma guerra civil. Uns meses antes desses desastrosos acontecimentos, os sinais de uma convulsão interna no Timor-Leste já eram nítidos. A partir daí os portugueses se retiraram, tendo abandonado o país. A UDT se evadiu para Indonésia com seus simpatizantes. Aproveitando-se dessa situação, a Indonésia com apoio dos Estados Unidos invadiu Timor-Leste após uma semana quando o partido da Fretilin proclamou unilateralmente a independência do país, no dia 28 de Novembro do mesmo ano. Os dirigentes da UDT, que estavam já na Indonésia, seguiram para Portugal com suas famílias, e seus adeptos e simpatizantes voltaram com suas famílias para Timor-Leste.

Com a ocupação no Timor-Leste antes designado *Timor português* (sendo a outra metade da ilha *Timor indonésio*), o território passou a chamar-se “Timor Timur” e transformou-se na 27ª província da Indonésia. Essa anexação do Timor-Leste na Indonésia não foi reconhecida pelo Comitê de Descolonização das Nações Unidas, e assim Portugal continuava a ser formalmente potência administradora do Timor oriental (Waldman & Serrano, 1997).

1.4 Timor-Leste integrado na Indonésia

Com a invasão indonésia do dia 7 de Dezembro de 1975, o sistema político-social mudou completamente: estrutura no governo, escolas, língua, etc. Os militares foram se apoderando de todo o território e a população que se refugiou nas matas, pouco a pouco se viu obrigada a se render por motivos de fome, mortes e toda a espécie de traumas. Só os guerrilheiros dispersos ficaram para combater os militares indonésios. Também esses guerrilheiros acabaram por se render, e muitos foram mortos. Restaram poucos nos últimos tempos da luta e estes conseguiram convencer o povo para, unidos, poder expulsar os ocupantes com a intervenção das Nações Unidas por meio de um referendo que aconteceu no dia 30 de Agosto de 1999. Talvez esse tenha sido o processo mais complexo entre as ex-colônias portuguesas para alcançar sua independência.

Com a integração *de facto* do Timor-Leste à Indonésia, o país era governado por timorenses, dirigido por um governador e administradores, mas assujeitados aos princípios ideológicos deste por meio de uma ditadura. Os assessores desses governantes eram indonésios, praticamente todos militares, e alguns distritos mais conflituosos eram dirigidos por indonésios.

O que aconteceu durante a presença dos indonésios bem como na dos portugueses, certamente o povo assimilou parte de suas culturas. Quanto à religião, enquanto na era colonial portuguesa só havia o Cristianismo (Catolicismo e uma pequena parte de evangélicos a partir dos anos 70), na outra, havia cinco: religião islâmica, católica, protestante, Budismo e Hinduismo. Não era imposta uma determinada religião para o povo timorense ou indonésio, mas, era obrigatório a cada pessoa abraçar a uma delas. Estabelecida essa norma, em qualquer documento do cidadão havia a

necessidade de se identificar a religião. Os timorenses que, até aquela altura haviam permanecido sem batismo nos seus rituais tradicionais, preferiram seguir a fé católica porque a doutrina do Islão, parte dela, ia contra certas práticas costumeiras². Desse modo, em menos de três décadas, a população timorense atingiu o percentual de, aproximadamente, 95% de católicos, que anteriormente eram ainda em pequeno número. Isso não significa que o povo timorense apenas assimilou a cultura portuguesa.

1.5 A independência de Timor-Leste

Desde que o país foi anexado pela Indonésia, não eram permitidas entradas e saídas de e para o exterior. As pessoas que se refugiaram na Austrália e em Portugal perderam o contato com suas famílias em Timor. Se alguma vez houvesse contato, era por meio da Cruz Vermelha Internacional que servia de “correio” e tratava da saída dos cidadãos que tivessem procuração dos familiares no exterior. O país era “fechado” para o exterior e qualquer tipo de crime que se fazia era considerado *urusan dalam* (problema interno), sobre o qual ninguém de fora poderia interferir.

Essa situação se manteve assim, e, com a visita do Papa João Paulo II em 1989, foi se esquentando por força de algumas agitações populares até que explodiu com a tragédia de 12 de Novembro de 1991 (massacre de Santa Cruz), a qual conseguiu mostrar ao mundo as barbaridades cometidas durante quase duas décadas. Essa denúncia foi feita por meio de uma filmagem realizada por um jornalista estrangeiro. A partir daí pressões mais fortes vieram de várias partes do mundo, mas, dentro do país havia ainda mais opressão. Com muitas exigências chegou-se ao acordo em que os governos de Portugal e Indonésia fizeram uma negociação para a realização de um referendo relativamente à posição dos timorenses: independência de Timor-Leste ou criação de uma região autônoma sob o governo indonésio, referendo esse que se realizou sob a supervisão das Nações Unidas.

A causa do Timor-Leste ganhou maior repercussão e reconhecimento internacional com a visita do Papa João Paulo II, o massacre de Santa Cruz já mencionado, a captura do líder da resistência, Xanana Gusmão, a atribuição do

² Proibição de comer certos animais, o jejum e a poligamia

prémio Nobel da Paz a duas figuras importantes de Timor-Leste (Bispo D. Carlos Ximenes Belo e José Ramos Horta, atual presidente da República), a visita do presidente Sul africano Nelson Mandela a Xanana Gusmão na prisão de Jacarta (Indonésia), e a crise econômica que afetou a Indonésia e causou a queda do regime militar desse mesmo país.

O referendo realizado em 30 de Agosto de 1999 teve um resultado de 78,5% de votos a favor da Independência. Houve um período de transição em que o país foi administrado pelas Nações Unidas chefiado por Sérgio Vieira de Melo e foi conduzido para uma independência restaurada no dia 20 de Maio de 2002. Reconhecido como o 191º país das Nações Unidas, o mais novo país do 3º milênio, Timor-Leste pode definir suas políticas no território.

1.6 Situação linguística do Timor-Leste

Timor-Leste é um país multilíngue. Além do Português e do Malaio indonésio, que foram línguas oficiais em diferentes períodos de dominação, falam-se outras línguas nativas com suas variedades dialetais. Conforme estudos mais recentes são dezesseis, as línguas do país. Autores anteriores citavam números maiores segundo seus critérios de classificação. Por exemplo, França (1891), Leite de Magalhães (1918), Oliveira (1949), e outros, citavam de 18 a 28 línguas. O motivo dessa redução no número de línguas elencado é pelo fato de algumas das citadas anteriormente serem consideradas pelos linguistas mais recentes como variedades de uma só língua.

O censo de 2004 descreve as línguas faladas no território: Fataluku, Makasae, Makalere, Bunak, Tetun Terik, Tetun Prasa, Naueti, Galole, Idate, Mambae, Tokodede, Kemak, Baikenu, Atoni, Midiki, Raklunga ou Resuk e Waima'a. Essas línguas são faladas por um número maior ou menor de falantes, sendo que o Tétum é língua veicular por ser entendida por essas diferentes comunidades linguísticas.

Segundo os estudiosos, as línguas timorenses pertencem uma parte ao grupo de línguas papuas e outra ao grupo de línguas austronésicas. As quatro primeiras acima citadas (Fataluku, Makasae, Makalere e Bunak) pertencem às línguas papuas e as restantes, às austronésicas. Elas são diferenciadas pela sua estrutura frásica: as papuas são do tipo de ordem SOV (sujeito, objeto,

verbo) e as austronésicas, SVO (sujeito, verbo, objeto). Cada comunidade linguística mantém sua língua vernácula e tem como língua veicular o Tétum que unifica essas variedades, como já dissemos anteriormente.

Relativamente à situação linguística de Timor-Leste em 1974, Thomaz (2002) cita um número de vinte línguas nativas e também línguas de comunidades minoritárias como, por exemplo, o Malaio falado pelos descendentes de árabes e o dialeto haká, o cantonense e o mandarim falados pelos chineses espalhados pelo Timor, sendo que o mandarim era usado como língua de cultura. O mesmo autor também cita o Crioulo (português bidau), que, segundo ele, parece estar extinto. Outra língua citada é o Latim como uma das línguas do culto religioso.

Sendo um país plurilingue, os habitantes do Timor-Leste são no mínimo bilíngues. Falam a sua língua vernácula e também o Tétum como língua veicular. Depois que entram na escola, aprendem outra língua que é a do ensino. Muitas pessoas do extremo do país (ponta leste e do enclave Oekusi), falam só sua língua nativa e a língua de ensino para quem frequenta a escola.

(mapa.linguístico)

³ O mapa mostra a diversidade linguística do país. Cada cor representa uma língua indígena. O Tétum Prasa é língua materna em Dili e Ermera, mas falado em quase todo o território.

1.7 O Bilinguismo

O dicionário de linguística de Dubois (2006, p.87) define vários conceitos de bilinguismo sendo que a da versão seguinte nos parece mais adequada à situação linguística timorense: “De uma forma geral, o bilinguismo é a situação linguística na qual os falantes são levados a utilizar alternativamente, segundo os meios ou as situações, duas línguas diferentes”.

Uma grande parte das crianças timorenses, desde que aprende a falar, é bilíngue. Essa situação não ocorre na capital (Dili) porque a língua materna da maioria das crianças é o Tétum, e é mais difícil para elas aprenderem a língua materna dos pais geralmente vindos do interior. Nas duas regiões extremas do país (Lospalos e Oekusi), as pessoas estão menos familiarizadas com a língua Tétum. Falam sua língua materna e a língua de ensino, para os que frequentam a escola. Antes de 1975 quando o ensino era em Português, falavam sua língua nativa e o Português, trocado pelo Malaio indonésio depois de 1975 quando o ensino passou a ser nessa língua. Para o resto do território as pessoas têm duas línguas à disposição para se comunicarem e quando entram na escola, têm como terceira língua, a língua de ensino. Acontece que, alguns pais preferem que o filho comece a aprender logo a língua de ensino como primeira língua, pois, consideram que isso facilitará a aprendizagem de seu filho na escola. Por exemplo, antes de 1975, muitas crianças (principalmente da capital) tinham como primeira língua o Português, vindo a aprender o Tétum com seus pares. No período seguinte, os filhos aprendiam Malaio como primeira língua e depois o Tétum. Por isso o bilinguismo em Timor-Leste depende das circunstâncias.

1.8 Estabelecimento de uma política linguística para o Timor-Leste antes de 1999

Desde a entrada dos portugueses no século XVI no Timor-Leste, a língua portuguesa já era introduzida pelos seus falantes e, com a estruturação política em 1702, a língua tornou-se oficial até 1975, imposta para ser usada na administração e no ensino. Essa língua era falada pelos portugueses, os descendentes mestiços e os timorenses que tiveram instrução nas escolas. Para estes últimos, o Português era, sobretudo, língua de aprendizagem e

língua de trabalho, pois o Tétum era a língua de comunicação e, a língua vernácula para a maioria das pessoas, ou então, só a língua vernácula para os que nunca tiveram contato com a escola ou com outras regiões. Desse modo, o Português era falado por uma minoria de timorenses, visto que a classe letrada ocupava uma percentagem muito baixa.

As escolas funcionavam em língua portuguesa e eram somente para o ensino fundamental (até a 4ª classe com dois anos antecedentes para *abc e cartilha*). Esse sistema de ensino foi estabelecido a partir do ano de 1915 pelo Estado quando foi aberta a primeira escola estatal na capital (Dili). Outras se seguiram pelos centros urbanos e se espalhando até algumas aldeias. Antes desse período, eram os missionários que alfabetizavam o povo, abrindo colégios para, ao mesmo tempo, ensinar e propagar a fé católica. A propagação da fé católica era o objetivo principal da sua presença. Para a formação de professores catequistas foi fundado um colégio em 1898.

Segundo Thomaz, (2002), só em 1938 o Estado tentou criar um colégio-liceu, mas este foi arruinado durante a Segunda Guerra Mundial. Depois de alguns anos foi instituído um seminário e depois uma escola técnica e uma escola para formação de professores. Mais tarde, a partir de 1972, criaram-se, em vários lugares escolas secundárias denominadas “ciclo preparatório”, que consistia em dois anos de ensino para se entrar no ensino médio. Sob a administração portuguesa, só os chineses mantinham suas escolas em sua língua, porém, tinham obrigatoriamente em seu currículo o ensino da língua e história portuguesas. As escolas primárias para essa comunidade espalhavam-se também nos distritos e havia uma escola secundária em Dili. Essas escolas seguiam os programas oficiais de Formosa⁴.

Alguns filhos da comunidade chinesa entravam diretamente na escola portuguesa sem passar pela escola chinesa, outros só frequentavam a escola portuguesa depois de ter feito o liceu em chinês. Esses chineses sabiam falar Tétum para se comunicarem com timorenses devido a sua função de mercadores; muitos deles falavam Português, mas não se inseriam na cultura timorense. Essa situação apenas veio a se alterar com os poucos que ficaram depois da invasão indonésia. Depois de 1975 a língua oficial passou a ser o

⁴ Um Estado da República da China situado na Ásia oriental.

Malaio indonésio. Como o Português, essa língua também era obrigatória na administração e no ensino em detrimento do Português, antes oficial. Para divulgar a língua indonésia se ofereciam vagas para funcionários públicos, professores e enfermeiros, dando cursos de profissionalização: cursos de enfermagem, cursos para capacitação de professores e curso de magistério para alunos depois do 9º ano de escolaridade. Esses últimos tinham uma gratificação todos os meses até concluir o curso, e eram logo promovidos a professores, assim que concluíssem seus estudos. Vinham também professores indonésios. O governo também oferecia bolsa de estudos para quem estudasse na Indonésia. Para os funcionários públicos também se ofereciam cursos em sua área de trabalho em várias partes da Indonésia. Já a partir dos anos noventa, os já formados puderam obter bolsa para fazerem pós-graduação no exterior: Na Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos e em outras partes do mundo, financiada por esses países. Quanto à divulgação da língua, a presença dos militares indonésios em todos os cantos do território exercia muita influência, como também civis vindos daquele país. Além disso, havia casamentos entre timorenses e indonésios, cujos filhos se tornaram bilíngues.

1.9 A situação linguística de 1999 a 2009 e o estabelecimento de nova política linguística

Com a mudança política que fez o Timor independente, ocorreu a mudança linguística no que concerne às línguas oficiais. A língua indonésia, que era oficial no período da ocupação indonésia, perdeu esse estatuto. Numa fase de transição em que o país era administrado pelas Nações Unidas, a língua usada na administração foi o Inglês. Nas escolas ainda mal reorganizadas, o Malaio indonésio continuava como língua de ensino sendo que o Português emergiu nessas escolas como língua de ensino para crianças desde a primeira série, mesmo antes de serem eleitas as línguas hoje oficiais.

A língua oficial pode ser um dos elementos identificadores de uma nação. Sendo Timor-Leste multilingüe e ao mesmo tempo democrático, é necessário que a língua oficial seja escolhida por meio de um consenso. Para esse fim, a Assembleia Constituinte, que tinha sido eleita, optou por duas

línguas co-oficiais: Português e Tétum. Elas estão definidas no artigo 13º, nº 1 da Constituição da República Democrática de Timor-Leste: “O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor Leste”. Essa opção tem por objetivo: preservar o Português, para que se tenha o mesmo idioma dos países nascidos de um processo histórico semelhante (países da comunidade de língua portuguesa-CPLP); e preservar o Tétum Praça por ser língua veicular inter-étnica. A co-oficialidade baseia-se principalmente em costumes, religião e história. Essa parceria leva o país a se distinguir de outros países da Ásia.

Manuel Veiga é escritor conhecido que fala do bilinguismo em Cabo Verde: “O Português como espaço aberto e o Crioulo como espaço identitário”. Veiga (2004). Nesse contexto o autor fala da língua portuguesa como espaço que gerou convivências e dialogou com o mundo, compartilhada com as línguas nacionais de vários países, enquanto, o Crioulo é o veículo com que o povo se identifica diante de outros povos, marcando sua diferença.

No contexto timorense, poderíamos dizer que a situação seria a mesma, porém existe um pormenor: além de ser um espaço aberto para o país se abrir ao mundo, também o identifica como um país diferente histórica e culturalmente no mundo asiático. Quando Coseriu e Lamas falam da Linguagem e Política, eles salientam:

(...) considerando que a linguagem é sempre língua, é também sempre política. Já o fato de falar uma língua é um ato político implícito, já que manifesta a adesão a determinadas tradições e a uma comunidade histórica determinada, pelo menos virtualmente oposta a outras comunidades (Coseriu & Lamas, 2006,p.60).

Relativamente às palavras desses autores, associamos às políticas linguísticas de Timor-Leste em que, o objetivo de escolher o Português como língua oficial, é por motivos históricos, culturais e religiosos, e, o Tétum, como identificação nacional. Porém, falando da história e cultura, a língua indonésia também faz parte da história de Timor – embora por um período de pouco

tempo - e, parte de sua cultura foi assimilada. Isso implica também uma visão política subjetiva, sendo que os políticos possuem diferentes ideologias assim como conhecimentos diferentes de línguas, e, a escolha do Inglês e Indonésio como línguas de trabalho, também é ato político.

O fato de se escolher a língua portuguesa como língua oficial, não faz com que o Tétum perca seu prestígio, pois este, além de gozar de seu estatuto de língua co-oficial, ocupa seu espaço de identidade nacional. Essa língua que sempre foi usada informalmente, hoje em dia, toma outro caráter.

Durante a presença militar indonésia, em algumas circunstâncias, as duas línguas (Português e Tétum) se complementavam, sendo usada uma enquanto a outra não era possível (Corte Real, 2007). Essa alternância, mesmo nos dias de hoje, não deixa de existir, e mais ainda se torna uma possibilidade na medida que, num ambiente democrático, todos têm o direito de se expressar, relativamente a assuntos políticos e administrativos. Em outros casos, vemos a importância dessa complementariedade na comunicação nas escolas como um meio para a percepção de conteúdos, já que os materiais didáticos são em Português, Indonésio ou Inglês.

O Inglês e o Indonésio foram definidos como línguas de trabalho pelo artigo 159 da Constituição que prescreve: “A língua indonésia e a inglesa são línguas de trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais, enquanto tal se mostrar necessário”. Além disso, as outras línguas timorenses deverão ser valorizadas e desenvolvidas pelo Estado, como está no artigo 13º nº 2 da Constituição.

Com o uso das línguas oficiais e das línguas de trabalho, consideramos que o multilinguismo é necessário dentro do país. Na concepção de Rossi Landi (1985) sobre “o mercado linguístico”, uma comunidade linguística se apresenta como um mercado no qual, palavras, expressões e mensagens circulam como mercadorias tendo um valor de uso ou utilidade na medida em que satisfazem necessidades. Essas línguas são empregadas, transmitidas e recebidas não apenas segundo seu valor de uso, mas também, e principalmente, segundo seu valor de troca. Desse modo, não é de livre vontade que se adota uma língua estrangeira, mas, é preciso levar em conta seu valor de uso e de troca. Um país não adotaria uma língua que fosse

desconhecida dos seus falantes nem quando existisse alguma necessidade em adotá-la. Como sabemos, atualmente, com a globalização, nenhum país poderia viver isoladamente, sendo essencial a intercomunicação. Segundo Veiga:

As exigências da globalização e das chamadas de informação, hoje, reclamam o multilinguismo para todos. Para um mundo de inter-relações e de diálogo permanentes; para um mundo em que a cooperação, a concertação e a interdependência se transformaram em exigências do desenvolvimento, o conhecimento de línguas internacionais deixou de ser um luxo ou um privilégio para se transformar numa necessidade para todos os que não querem perder o comboio da história e do futuro (Veiga, 2004, p. 101).

A respeito do mercado linguístico, consideramos ainda o que afirma Calvet:

Tudo isso o conduz a insistir na metáfora econômica: “A troca linguística é também uma troca econômica, que se estabelece em determinada relação de forças simbólicas entre um produtor, detentor de certo capital linguístico e um consumidor (ou um mercado), e que é feita para proporcionar certo lucro material ou simbólico”. Isso significa que para Bourdieu, para além da simples comunicação de sentidos, os discursos são signos de riqueza, signos de autoridade, eles são emitidos para ser avaliados e obedecidos (Calvet, 2002, p.107).

Hoje em dia Timor-Leste não é mais um povo isolado como antes, que vivia só da agricultura, da caça ou da pesca, mas que precisa conviver com outros povos, estabelecendo relações políticas e econômicas, pelo que a adoção de determinadas línguas pelos sujeitos de poder serve de cordel para essas relações e o interesse do país.

Apesar de Timor-Leste ser já multilingue em termos de línguas nativas, a adoção de outras línguas traduz a história do país e as demandas de um mundo globalizado.

Segundo a observação de Hull (2000) no seu discurso sobre Identidade, Língua e Política Educacional, para alguns países africanos, por exemplo, não existia uma cultura comum pois os novos estados ficaram com as fronteiras que tinham sido criadas pelas nações colonizadoras. Essas divisões, “artificiais”, eram formadas por populações de diferentes línguas, tradições e religiões, de modo que, por não existir uma cultura comum, viram-se obrigados a manter como língua oficial, a língua da sua antiga nação colonizadora. Nesse contexto o mesmo autor afirma que para Timor-Leste não foi difícil encontrar uma língua que representasse a identidade nacional, pelo fato de o país possuir seus próprios idiomas, sendo o Tétum uma língua falada por quase toda a população como língua veicular, o que permite uma comunicação entre as diferentes comunidades linguísticas. O motivo de o autor defender que “não foi difícil encontrar uma língua”, é por ele achar que todas as línguas locais de Timor-Leste têm identidade cultural, contrastando com as línguas africanas cujas comunidades pertenciam a culturas diferentes.

Por outro lado não foi tão fácil eleger tais línguas oficiais no Timor-Leste, pois tem havido divergências relativas à questão da língua e cultura. Nessa questão, citamos o que o mesmo autor escreve:

Neste momento existem duas perspectivas antagônicas sobre a identidade cultural de Timor Leste, e entre estas existe todo um leque de correntes e pontos de vista. Por um lado, os elementos da velha geração querem que o português seja a única língua oficial, e não prevêem qualquer tipo de estatuto oficial para o tétum ou para os outros vernáculos. No extremo oposto, estão os jovens que querem que apenas e só o tétum seja a língua oficial, manifestando-se deveras apreensivos em relação ao português. Uns argumentam que o português deveria ser utilizado como língua de contacto entre Timor-Leste e o mundo, enquanto que outros são da opinião que o inglês tem um valor mais prático que o português. Quanto ao Indonésio, existem timorenses dispostos a restabelecer esta língua, por ser de grande utilidade, na região em que Timor-Leste se encontra geograficamente integrado. Outros gostariam de abolir por completo, em virtude da sua identificação a ocupação de Suharto (Hull, 2000, p.33)

Apesar dessas divergências, a escolha do Tétum e do Português como co-oficiais teve o maior número de votos nas eleições. As outras línguas nativas continuaram, e continuam ainda hoje a serem faladas. Sua preservação e desenvolvimento estão previstas na lei como veremos mais adiante. Um caso que parece um pouco ameaçador é que na região de Ermera onde se fala Mambae, lista-se no censo da população segundo a estatística de 2004, que a língua materna das crianças é o Tétum. Essas crianças na situação atual, vão deixando de falar a língua local, o que contribui para a extinção dessa língua. Essa situação exige um esforço por parte dos falantes e profissionais para sua preservação, visto que algumas variedades das línguas timorenses em geral, no caso de variedades faladas por comunidades minoritárias, estão extintas.

1.10 O Tétum no contexto linguístico do Timor- Leste

O Tétum tem duas variedades reconhecidas: *Tetun prasa* (TP) e *tetum terik* (TT)⁵. O Tetun prasa é, segundo Hajek (op. cit., 167), uma língua essencialmente urbana (nasceu em Dili), diferentemente do *tetum terik* falado em duas grandes áreas descontínuas, interioranas, bem longe da capital.

Segundo o censo de 2004, o mapa linguístico mostra que o TT é falado como língua materna nas zonas de Viqueque e Lacluta do distrito de Viqueque, Soibada e Barique do distrito de Manatuto, e, nas zonas de Fatumean, Fohorem, Tilomar e Suai do distrito de Covalima; o TP é falado como língua materna em Dili (capital) e no subdistrito de Ermera do distrito de Ermera, e é falado como língua veicular em quase todo o território.

Quanto à origem do Tétum (TT), conforme os dados de Thomas (2002), é de que essa língua já era falada por um povo (os Belos)⁶ que estendeu seu domínio na parte oriental da ilha, impondo sua língua a outros reinos que se sujeitaram ao poder deles já fortemente enraizado, tornando assim língua veicular em grande parte da ilha. Essa variedade é mais conservadora e possui uma estrutura com flexão verbal em pessoa. Nessa variedade existe uma

⁵ A Partir daqui as duas variedades vão ser representadas por siglas: TT-Tétum téric, TP-Tétum praça

⁶ Uma parte da ilha hoje pertencente à Indonésia.

diferença entre a linguagem vulgar do dia a dia e a linguagem literária usada nas poesias e recitações (Hull, 2005).

O TP se difere do TT em muitos aspectos e, no tocante à gramática, não apresenta marcas de flexão verbal de ‘pessoa’. Possivelmente esta seja uma das características que levam estudiosos a hipotetizarem sobre a possibilidade de ser o TP uma língua crioula de base portuguesa – cf. Hull (2005). As línguas crioulas têm, como uma de suas grandes características gramaticais, a ausência de marcas de flexão – ver, entre outros, o exemplo do Caboverdiano, uma língua que não apresenta marcas de flexão verbal: Quint (2000, p. 225). Abaixo, segue ainda uma comparação do TP com duas outras línguas crioulas a fim de que se observe a similaridade no padrão de inexistência da flexão verbal.

Verbo português usado nos Crioulos⁷

Português	eu	<i>gosto</i>	de	estudar
Tétum Praça	ha’u	<i>gosta</i>	-	estuda
Crioulo Cabo Verde	nta	<i>gosta</i>	di	studa
Crioulo Guiné- Bissau	n’...	<i>...gosta</i>	di	sibi

No entanto, observe a importante ponderação feita por Hajek (2000: 168, traduzido):

“Dadas as combinações de todos esses fatores; a preponderância dos empréstimos do português, o longo período do contato do português no Timor Leste e até recentemente a falta de informações sobre outras línguas do Timor Leste tem tornado fácil pressupor que o TD é uma língua criolizada ou pidginizada que surgiu do contato entre o Português e as línguas locais do Timor Leste [...]. Mas, o oposto parece mais correto.”

Ou seja, nos dizeres de Hajek (op. cit.), não há fortes embasamentos teóricos para a hipótese criolista do TP. Que o TP seja resultado de um fenômeno

⁷ Fonte de dados: 1. Francisco Lopes (Crioulo de Cabo Verde; 2. Caetano Imbo (Crioulo de Guiné)

linguístico de contato é inegável, mas estudos cada vez mais recentes apontam para a inadequação da hipótese criolista para esta língua.

1.12 As Línguas de ensino no Timor-Leste

Como acontece, geralmente, o uso de língua oficial se dá numa determinada unidade política para a administração pública e ensino. Essa língua é imposta a todos os cidadãos como a única legítima como aconteceu no domínio de Portugal e da Indonésia em Timor. No domínio português, a língua de ensino era só o Português e só havia escola chinesa para essa comunidade que vivia fechada e não se integrava na cultura portuguesa, nem na cultura local. No domínio indonésio, o Malaio indonésio era a única usada nas escolas, havendo apenas o Inglês como língua estrangeira.

Atualmente, as escolas timorenses funcionam com uma visão que mais reflete a situação real tendo em conta os conhecimentos adquiridos em outra língua, por parte do aluno como também do professor, sendo, na maioria, formados na educação indonésia. Sabemos que um/a professor/a pode ter formação pedagógica, mas a língua é um fator muito importante para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, se queremos que o ensino seja nessa língua. Por outro lado, existiam pessoas com conhecimento do Português, mas que não tinham formação pedagógica. Esse desequilíbrio exigiu um curso de formação de professores que está sendo implementado. Por esses motivos, nas escolas do Timor-Leste, ainda hoje, até o 11º ano de escolaridade o ensino é ministrado em língua portuguesa. Com as razões referidas acima, o ensino continuou em Indonésio, ou seja, foi restringindo gradualmente a partir do 2º ano de escolaridade passando a ser em língua portuguesa à medida que os professores vão tendo formação nessa língua.

Em todas essas escolas nem tudo ocorre da mesma forma quanto ao ensino da língua. Algumas têm mais carga horária no ensino da língua portuguesa do que outras. Existe uma *escola portuguesa* ainda até o ensino secundário, ministrada só por professores portugueses. Também em cursos universitários como o Departamento da Língua Portuguesa da UNTL; Economia, Direito, Ciências Agrárias, Informática e Electrotécnica pertencentes

à Fundação das Universidades Portuguesas (FUP), o ensino é em Português. Nas outras Faculdades como as de Agricultura, Ciências Políticas, Economia, o Departamento da Língua Inglesa e outros ramos da Faculdade de Educação, o ensino é em Indonésio com algumas horas de língua portuguesa. O curso de Medicina é ministrado por professores cubanos em língua espanhola. Fora do ensino formal são dados cursos de língua portuguesa em algumas instituições públicas e privadas. A partir do que relatamos até aqui se pode perceber que o ideal de integração identitária do país não se verifica de imediato, necessitando de um processo para essa inserção.

Sobre a questão da imposição da língua oficial nas escolas, presentemente o ensino ainda deve refletir a realidade timorense, pois não se garante o uso exclusivo das línguas oficiais pelos seguintes motivos: ainda não há um número suficiente de professores formados em língua portuguesa, que para este efeito está se oferecendo uma formação contínua aos professores; para a língua Tétum ainda não há um curso de formação de professores e há falta de material didático; a maioria dos professores foram formados em língua indonésia. A respeito do ensino em língua Tétum, Corte Real (2006) afirma que se a língua Tétum tem o mesmo nível que o Português, na realidade há um desnível quanto a questão de língua de ensino”.

A resolução da UNESCO de 1953 defende que nos primeiros anos de escolaridade, o ensino formal deve ser ministrado na língua materna que, no caso do Timor-Leste, é o Tétum para a maioria das crianças. Nesse mesmo sentido, o Ministro da Educação, João Cândia Freitas, em Março de 2008, no seu discurso no seminário “Reforma administrativa _ Sistema e Desafio na Formação de Professores em Timor-Leste” na UNTL, sugere que nos dois primeiros anos o ensino deve ser feito em sua maior parte em Tétum, e, em Português, de 20, a 30%. Relativamente a esse assunto há algumas opiniões divergentes pois em Timor-Leste nem todas as crianças têm o Tétum como língua materna, por exemplo, as duas regiões extremas do país (Lospalos e Oe-kusi). E se for ensinado nas línguas maternas dos alunos teria que haver materiais didáticos em cada uma dessas línguas. Além disso, ainda não existem professores com uma formação pedagógica no ensino do Tétum, o que

poderá ser resolvido com a implantação de um curso de Letras com habilitação em Língua Tétum.

A língua oficial, ou a língua de ensino, tem influência sobre o desenvolvimento formal de um indivíduo. Em Timor-Leste, com a mudança da situação linguística, os jovens têm se atrasado muito nos seus estudos. Em 1975 quando já havia um grande número de letrados, veio a guerra e os sobreviventes tiveram que fazer um recuo para se familiarizarem com a língua nova imposta para poder ter uma continuidade na sua formação. O mesmo acontece agora: os alunos têm de enfrentar um novo sistema lingüístico, o que dificulta o processo de ensino e aprendizagem. Desse modo levam muito tempo a fazer uma licenciatura enquanto noutros países num mesmo período poderiam ter concluído mestrado ou doutorado. Do mesmo modo, o fato de serem falantes de uma língua que não é contemplada pela escola também dificulta o processo.

Assim também relativamente ao ensino primário, existe uma dificuldade na aprendizagem das crianças já que a língua de ensino não é sua língua materna. Segundo Bassarewan e Silvestre, em uma pesquisa feita a uma das escolas da capital Dili:

(...) o desenvolvimento da leitura não ocorre, uma vez que a alfabetização promovida pela escola limita-se às habilidades de decodificação, excluindo aquelas de construção de sentido. Infelizmente, não é aberto espaço e possibilidade à leitura reflexiva e participativa” (Bassarewan & Silvestre, 2010, p.500).

Para as crianças de Timor-Leste que têm a língua de ensino como L2 ou segunda língua (principalmente o Português), essa língua é usada para aprender a ler e escrever, mas, não para se comunicar, por isso encontram muita dificuldade no processo de aprendizagem. Como também acontecia durante o tempo colonial português, a maioria de estudantes nativos se comunicava em Tétum ou em sua língua materna em cada região. Faziam-se exercícios de gramática, decoravam o vocabulário e os verbos, mas não se punha em prática, principalmente nas escolas rurais. Esse é o motivo porque o

Português é pouco receptivo devido à sua complexidade na questão de flexão verbal e adjetival.

Depois de abordarmos, neste capítulo, a situação em que se encontra Timor-Leste, sobretudo em relação ao seu estatuto linguístico, passemos então ao capítulo que tratará da fundamentação teórica desta pesquisa.

CAPÍTULO 2

Fundamentos Teóricos

A língua é um instrumento de comunicação, um sistema de signos vocais de uma mesma comunidade, por isso usado pelos indivíduos ao longo de sua existência quotidiana. Ela está em constante mutação, formando neologismos e adquirindo vocábulos de outra(s) língua(s) pela atividade linguística concreta. Por isso a língua não existe senão no falar dos indivíduos como um fato social. Saussure distingue a língua da fala, sendo a primeira um produto social e a segunda, é definida como o componente individual da linguagem (Dubois, 2006, p.379).

Existem diferentes línguas em comunidades diferentes que registram a cultura e a história de um povo. De acordo com Câmara:

(...) a função da língua é expressar a cultura para permitir a comunicação social, com o que ela se torna o acompanhamento de cada fato cultural, dando-lhe um aditamento linguístico e, pois, propiciando a atuação uns com os outros dos membros participantes de uma atividade coletiva (Câmara, 1980, pág. 35).

No dinamismo de uma língua, é atribuída novas palavras a novas idéias e objetos, dentro de si mesma, e também se adquirem novas palavras de línguas externas que se modificam em nível morfológico, fonológico e semântico. Essa mudança deve-se à prática social dentro de uma mesma comunidade e pelos contatos que os falantes têm com outras comunidades linguísticas.

Nesse contexto, podemos verificar que a mudança linguística muitas vezes é provocada por fatores externos e também pela influência do poder. Esta questão diz respeito ao nosso tema de pesquisa como veremos mais adiante. A ciência e o desenvolvimento tecnológico são também fatores da transferência de novos vocábulos para uma determinada língua.

2. 1 A Mudança linguística

Sendo a língua mutável, modificando ao longo dos tempos, Coseriu (1979) considera três problemas na mudança linguística: a racionalidade da mudança linguística, as condições gerais da mudança linguística e a mudança linguística como problema histórico, como se coloca a seguir:

1. O problema da racionalidade da mudança linguística entende-se pela mutabilidade da língua e o ser mutável faz parte da natureza da língua e não das causas. Não se trata de um problema “a resolver”, mas de um problema implicitamente resolvido pela própria compreensão do ser real da língua. A língua muda justamente porque não está feita, mas sim, *faz-se* continuamente pela atividade linguística. Em outros termos, a língua muda porque é falada e o falar é a atividade criadora, ela não muda totalmente, mas se refaz; o falante não inventa totalmente sua expressão empregando outra técnica, mas utiliza modelos anteriores que a norma tradicional lhe proporciona, o sistema que se lhe oferece pela comunidade.

2. Distinto do problema universal da mudança linguística, isto é, da mutabilidade das línguas, é o problema geral das mudanças. Nesse segundo problema se pergunta quais são as “causas” da mudança linguística, o “porque” destas e daquelas mudanças. Neste caso, a mudança deve ser estudada entre dois “estados” e, em parte, a deficiências terminológicas gerais das ciências humanas, que adotam o vocabulário e as expressões próprias das ciências da natureza. O problema geral das mudanças consiste em estabelecer os modos e as condições do “fazimento” das línguas dado que a língua se faz pela liberdade linguística dos falantes em que estabelece as condições de renovar a língua de maneira a adaptar às necessidades expressivas dos falantes. É preciso neste caso verificar de que modo essa criação é aceita e difundida para se inserir na tradição linguística, dado que as condições são culturais e funcionais que se pode comprovar em qualquer “estado de língua”. E se a língua se renova e se refaz em um dado “estado de língua”, significa que a língua é sistemática, e a mudança encontra no sistema o seu lugar necessário devido à insuficiência do estado anterior em relação às novas necessidades expressivas dos falantes. No caso de países que sofreram invasão de outros e onde foram impostas outras línguas, o fenômeno é diferente, pois as condições

de renovação da língua não se dão de maneira totalmente livre, mas sim, pela força que uma língua tem sobre a outra e devido a novas realidades encontradas nessa comunidade linguística.

3. O terceiro problema da mudança linguística, segundo o autor, é o problema histórico cuja solução depende do conhecimento das condições da língua considerada e do momento particular em que é ela considerada. As soluções dos problemas deste tipo proporcionam o material necessário para a colocação do problema geral da mudança linguística como uma explicação histórica generalizada e esses problemas históricos só podem ser colocados levando-se em consideração a realidade dinâmica da língua e com o conhecimento das condições gerais da mudança.

Uma das questões históricas é relativa à mudança fônica. Neste sentido ele afirma que “a fonética não explica nem o *pourquoi* nem o *comment*. O *comment* fonético é genérico e fisiológico e não histórico e cultural”. Na realidade essas causas coincidem com as próprias condições do falar que pertencem à experiência corrente de todo falante.

Conforme Borba (1986), a língua precisa manter-se idêntica a si mesma para permitir a comunicação, mas, não resiste à ação do tempo. Ela se altera pela fala, pelo uso individual, transforma-se através dos tempos devido às inovações que cada falante introduz, na medida em que se coletiviza pela aceitação do grupo, incorporam-se essas inovações desde que se conformem à natureza do sistema, ou seja, não violem suas regras combinatórias básicas.

De acordo com essa ideia, Câmara (1980) afirma que a criação individual é socialmente apreendida e imitada, porque a comunidade já estava predisposta nessa direção. Ela recebe as inovações nos discursos individuais sob a ilusória impressão de que não houve afastamento da norma. Esse autor escreve que cada um de nós possui o seu idioleto, sem ter a noção clara das suas próprias pequenas divergências e quando, porém, a realização do falante colide com os centros de linguagem solidamente organizados, e sentidos como tais pela comunidade linguística, tem-se a noção clara de “mudança”. Ainda nessa concepção, segundo Coseriu (1979,p.132): “quanto à língua, pode-se dizer que é criação coletiva, mas apenas no sentido de que muitos indivíduos verteram nela as suas criações individuais, e não no sentido de que alguma inovação pudesse surgir desde o começo como coletiva ou geral”.

Ainda Weinreich, Labov e Herzog falam de uma teoria de mudança linguística tratada por Paul (1880) que considera:

As mudanças na língua podem ser entendidas em dois sentidos: 1.como mudanças num idioleto e 2.como mudanças no uso linguístico. As mudanças no uso linguístico, por seu turno podem surgir de dois modos: 1. por meio de mudanças dentro dos idioletos com base nos quais um dado uso linguístico é definido; 2. por meio de adições ou subtrações de idioletos do conjunto de idioletos sobre os quais um uso linguístico é definido (Weinreich, Labov & Herzog, 2006, p.42)

A partir das considerações de diversos autores podemos ver que a língua muda a partir de um idioleto, ou seja, da fala de um indivíduo que depois se torna coletiva, pois, todo o idioleto contribui com algo diferente para o uso linguístico como um todo na adoção seletiva de traços do idioleto de diferentes interlocutores. Podemos considerar o caso de empréstimos que começaram com o uso num idioleto e se foram divulgando por meio da interlocução ou da mídia como queremos expor neste trabalho. Ou seja, nossa hipótese é a de que um idioleto passa a ter mais força para impulsionar a mudança quando seu falante ocupa um lugar de poder legitimado socialmente ou de qualquer falante em um meio de comunicação: jornal, rádio ou televisão, por exemplo.

2. 2 Fatores externos na mudança linguística

No primeiro problema definido por Coseriu em que a mudança linguística pertence à natureza das línguas e não das causas, achamos que é um problema que acontece com qualquer língua no mundo. Apesar de as línguas de Timor-Leste ocorrerem desta forma, não é esse o assunto de que vamos tratar. Pretendemos focar em nosso trabalho, as “causas” da mudança linguística, o “por que” de uma ou de outra mudança proveniente de fatores externos, o que, como acontece com as línguas de Timor-Leste, acontece também em vários países ex-colonizados. Este assunto tem relação com o segundo dos problemas propostos por Coseriu. Trata-se especificamente do Tétum, uma língua que está muito mesclada com outras.

Quando dois idiomas coexistem no mesmo meio social, um absorve vocábulos do outro. A língua A recebe os vocábulos da língua B e vice-versa. Porém, quando existe uma língua politicamente dominante, imposta para ser praticada por qualquer cidadão, essa língua é mais forte. Ela se impõe, e a outra toma empréstimos dela, às vezes como condição para preencher seu léxico, como aconteceu nas colônias. Os países dominados encaram novas realidades que devem ser nomeadas e muitas vezes substituem as palavras já existentes por outras do novo sistema linguístico por meio de generalização. Nesta situação, existe uma língua “fonte” e a outra “receptora”.

Relativamente a Timor-Leste, como vimos no capítulo anterior, este país foi colonizado por Portugal durante quase cinco séculos e anexado pela Indonésia durante mais de duas décadas. Esse fato apontou o país para situações enfrentadas pelo país, algumas positivas, outras negativas. Sabemos que a língua registra a história de um povo, e isso, podemos entendê-lo por meio das alterações registradas na linguagem desse povo. Os fatos históricos que podemos considerar como positivos são, por exemplo, a introdução de escola, religião (além das nossas crenças), instrumentos tecnológicos, os quais inserem novos vocábulos na língua local, como por exemplo: *livro, caneta, estuda, igreja, batismo, reza, eletricidade, avião, televisão*, etc; existem também fatos que remetem a uma má lembrança como por exemplo, a existência de guerra ou escravidão (como acontece em outros países). Em relação a esses fatos, identificamos algumas palavras muito usadas como, por exemplo: *guerrilheiro, revolução, clandestino, granada, canhão, cadeia, escravo, criado, patrão*, etc. Essas expressões usadas registram realidades vividas por um povo. Acontece que essas expressões portuguesas (e outras do malaio indonésio se me refiro a TL, que não estão citadas aqui), muitas vezes são desconhecidas por muitos dos falantes dessa(s) língua(s), ou pelo menos nunca pronunciadas, enquanto um país que vive ou viveu essas situações, principalmente de guerra, estas palavras ocorrem mesmo na boca de uma criança. Isso mostra que uma língua é abstrata e só se concretiza na e pela fala desde que faça parte do universo de referência de um indivíduo e da experiência vivida.

Como sabemos uma língua muda constantemente, de uma forma lenta sem percebermos, porém com a mudança política de um país, principalmente

de dominação do outro país ou situações de guerra, a mudança linguística é mais forte e visível.

Referente ao Timor Leste, houve dois momentos em que o país encarou outras realidades, como já indicamos: a dominação portuguesa e a indonésia. De fato, onde há dominação, seja de que tipo for, há imposição, e trata-se aqui da imposição de uma língua, que, uma vez adotada, ou, tomada os vocábulos como empréstimos, registra fatos vividos pelo povo que a adotou. Esses são os fatores condicionantes mais fortes na transição de um estado de língua para um estado imediatamente sucessivo.

A diferença que podemos ver nesses dois tempos é que no primeiro (dominação portuguesa), a difusão da língua era mais lenta e a imposição era mais ou menos indireta, enquanto no segundo, procedeu-se a uma difusão brusca e uma imposição direta.

Para uma explicação melhor, podemos dizer que, na era da colonização portuguesa, o Estado só abriu escolas depois de alguns séculos depois de sua chegada no país. Não obrigava os filhos da terra a estudar, mas quem quisesse aprender a ler e escrever, ou concorrer para uma função pública, precisava estudar. A única língua de ensino para timorenses era o Português (sem mencionar o chinês, para a comunidade chinesa). Já nos anos de 1950, as pessoas sentiram mais necessidade de estudar porque as exigências eram outras e as pessoas precisavam de instrução. Mesmo assim a percentagem de alfabetizados era, até 1971, 28%, sendo que em 1974 esse número subiu rapidamente para 77% pelos esforços por parte do governo, da igreja, do exército (nos lugares mais remotos) e das campanhas de alfabetização (Thomaz, 2002). Citamos a seguir um trecho desse autor quando se refere à necessidade da aprendizagem:

Onde esta se traduziu pelo estabelecimento mais ou menos efectivo de uma soberania portuguesa, o português impôs-se como língua de administração. Nesse caso foi obviamente a língua oficial, o português na sua forma normal, que se difundiu. Para os que aspiravam a entrar a qualquer nível ou escalão nos quadros da função pública a sua aprendizagem tornou-se uma necessidade; para os demais – para os que pelo menos intermitentemente tinham de contactar a administração

e recorrer ao documento escrito oficial – uma conveniência. Isto bastaria para assegurar a sua difusão (Thomaz, 2002, p.132).

Já na dominação indonésia, como dissemos, a imposição era direta, obrigatória, por isso uma difusão brusca, ninguém escapava a essa aprendizagem da língua, influenciada pelo grande número de falantes dessa língua presentes no país: nos escritórios, nas escolas, em cada bairro, até nas aldeias havia postos militares. Em menos de três décadas todo o povo falava a língua indonésia, exceto os mais idosos que tinham menos contato com a língua. Esse fato deveu-se à obrigatoriedade do uso dessa língua e a fatores determinantes como: abertura de muitas escolas, formação de professores nessa língua em grande escala, o domínio do território por parte de militares indonésios, imigração de indonésios civis, a mídia (rádio e televisão), canções, etc. Esses são os fatores condicionantes que influenciam muito a língua receptora que é o Tétum e outras línguas locais.

Podemos entender o termo “imposição” de duas formas: uma consiste no estabelecimento de uma norma escrita que é necessária para uma uniformização, no caso de uma língua oficial, para ser usada de uma forma consistente; a outra é imposição em termos de dominação política em que uma língua é obrigatoriamente usada em detrimento da outra, ou com mais prestígio do que a outra.

Apesar de o Português ter sido difundido lentamente, seus vocábulos enraizaram-se mais, ao longo de várias gerações, a ponto de seus empréstimos muitas vezes nem serem percebidos como tal. Quanto ao Indonésio, cuja imposição, como dissemos, durou pouco tempo, sua presença é recente, por isso muitos vocábulos permanecem na fala cotidiana. Outro motivo desta familiaridade com a linguagem é a mídia, devido aos canais da televisão da Indonésia. Outro fator que muda uma língua sem que haja contatos sociais é a tecnologia que hoje em dia se encontra na moda e é considerada uma necessidade, como os termos da informática e os produtos importados, por exemplo.

Essas imposições fizeram com que o Tétum fosse influenciado facilmente. Do ponto de vista diacrônico podemos verificar nitidamente a passagem de um estado de uma língua para o outro.

Em relação à mudança linguística, Weinreich, Labov e Herzog (2006) dizem não concordar com Paul (1880) ao afirmar que o desempenho de um falante está sob a pressão de diferentes forças para mudar em diferentes direções. Embora esses autores a rejeitem, diríamos que essa idéia se coaduna com as situações de Timor-Leste. Ressaltamos que esses autores se referem a uma mudança de língua em uma situação em que não há pressão, ocupação e violência contra os falantes.

Veremos a seguir qual a interferência do poder na mudança linguística do Tétum.

2.3 Mudança linguística em relação ao poder

Ao longo da história de Timor-Leste a partir do século XVI, com a entrada dos portugueses até hoje, já foram impostas diferentes línguas oficiais durante três períodos como já é do nosso conhecimento: O Português em 1702-1975; o Malaio indonésio de 1976-1999; e o Português e o Tétum a partir de 2002. As duas primeiras foram impostas sem planejamento linguístico, ou seja, sem escolhas, visto que eram as únicas legítimas em cada um dos países dominadores. Já a co-oficialidade do Português e Tétum foi definida através de uma eleição pelos próprios cidadãos timorenses numa situação livre e independente.

O que acontece normalmente, quando uma língua é politicamente dominante, é que ela se superpõe a outras (Câmara, 1980), geralmente línguas locais, sobre as quais essa língua é imposta. Essa situação pode ser, na maioria das vezes, de diglossia.

Antes de mais nada, vamos ver o que entendemos por esse termo. Segundo o dicionário de linguística (Dubois, 2006, p.190) pode-se entender de duas formas: 1. “Dá-se às vezes a *diglossia* o sentido de situação bilíngue, na qual uma das duas línguas é de *status* sócio-político inferior”; 2. “Às vezes chama-se *diglossia* a aptidão que tem um indivíduo de praticar correntemente outra língua, além da língua materna”.

Na situação de Timor-Leste, os dois sentidos são aplicáveis, mas dependendo da situação política. O primeiro se aplicava nos dois períodos em que Timor-Leste era governado por outros países. A língua do dominador,

sendo oficial, era a mais prestigiada e por isso tinha um *status* superior em relação às línguas locais, (neste caso uma delas seria o Tétum). Hoje, no contexto timorense, o Português e o Tétum possuem em partes, o mesmo *status* quando usados equilibradamente. Por exemplo, uma é usada em textos escritos formais e a outra é usada nos debates em situações formais como no Parlamento Nacional, no Conselho de Ministros, nos congressos, e outros, de maneira que têm o mesmo prestígio; No segundo sentido da diglossia, como vimos, descreve o que acontece normalmente numa situação bilíngue. Um falante pode ter duas línguas ao seu dispor, porém, tem uma faculdade maior em uma que é mais íntima e que é geralmente a língua materna, usada com mais fluência.

Fishman (apud Calvet, 2002 p.61) descreve a diglossia em quatro situações:

1. bilinguismo e diglossia,
2. bilinguismo sem diglossia,
3. diglossia sem bilinguismo
4. nem diglossia nem bilinguismo.

A primeira situação acontece quando todos os membros da comunidade conhecem a forma alta e a forma baixa; a segunda seria o caso de situações de transição entre uma diglossia e uma outra organização da comunidade linguística, em que os indivíduos bilíngues não se utilizam das formas linguísticas para usos específicos; a terceira quando numa sociedade há a divisão funcional de usos entre duas línguas, em que um grupo só fala a norma alta, enquanto a outra só fala a forma baixa; e a última, pode acontecer numa comunidade pequena que só fala uma língua.

No caso do Timor-Leste, no período em que a situação ainda era instável, aproximou-se mais à segunda em que a comunidade, em situações formais recorre à língua do seu domínio (Tétum, Português, Inglês ou Malaio). Para situações informais, recorrem ao Tétum em relação ao Português, ou, à sua língua vernácula em relação ao Tétum.

Essa língua de prestígio ou oficial, seja do colonialista, seja nativa, é superposta em todas as comunidades linguísticas do mesmo país. Ao

contrário, uma língua local que não tem este estatuto de língua oficial ou língua franca, é usada apenas por uma determinada comunidade, por isso não tem muita influência como uma língua oficial, mas sim, é influenciada. Porém, essa influência seria mais forte quando houvesse intervenção do poder. Se a língua escolhida não tiver condições, ou seja, não possuir uma terminologia necessária, precisa ser “equipada”, como designa Calvet (2007,p.62), para poder desempenhar seu papel de língua oficial ou nacional.

A esse respeito, em Timor-Leste, identificamos três lugares de poder que intervêm na mudança das línguas timorenses e especificamente do Tétum como língua oficial. Sabendo que essa intervenção começou desde o governo português, no nosso trabalho limitamo-nos apenas ao período pós-independência de Timor-Leste. Esses lugares que identificamos são: O Governo, a Universidade e a Mídia, que descreveremos a seguir:

2. 3. 1 O Governo

O Governo é o órgão executivo do Estado e por isso deve se pautar pelas leis fundamentais definidas na Constituição. Trata-se aqui da política linguística do país que prega que as línguas oficiais são o Português e o Tétum, previstas no artigo 13 da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL). Por isso, o que compete à administração do Estado deve ser feito nas línguas oficiais. Conforme afirma Bourdieu:

A língua oficial tem parte com o Estado. E isto tanto na sua gênese como nos seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória nas ocasiões oficiais e nos espaços oficiais (escola, administrações públicas, instituições políticas, etc.), essa língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas (Bourdieu, 1982, p. 25).

No Timor-Leste, por exemplo, os ofícios de/para ministérios, as leis, os acordos ou protocolos, são escritos em Português, e, as reuniões entre ministérios, debates no Parlamento Nacional, dentro dos partidos políticos,

outras instituições como universidades e igrejas, são feitos em Tétum. As leis são traduzidas para o Tétum e os acordos ou protocolos são feitos em duas versões (Português e Inglês), tendo em conta a cooperação com estrangeiros não lusófonos. Na mídia, as entrevistas são feitas em Tétum, exceto entrevistas feitas com estrangeiros, que, depois são relatadas em Tétum, atendendo às comunidades em que a maioria não está ainda familiarizada com o Português ou o Inglês.

Com o uso das línguas oficiais e línguas de trabalho, consideramos que o multilinguismo é necessário dentro de um país como Timor-Leste. Na concepção de Rossi Landi (1985) sobre “o mercado linguístico”, uma comunidade linguística se apresenta como um mercado no qual, palavras, expressões e mensagens circulam como mercadorias tendo um valor de uso ou utilidade na medida em que satisfazem necessidades. Elas são empregadas, transmitidas e recebidas não apenas segundo seu valor de uso, mas também, e principalmente, segundo seu valor de troca. Nesse sentido, o Governo não optaria por uma língua que não fosse conhecida pelo seu povo, pelo menos, pelos que ocupam cargos políticos (no caso do Inglês e Malaio) ou se não tivesse importância em adotá-las. Essas questões foram bem discutidas fundamentando seus objetivos antes de ter uma aprovação da maioria.

Para que o Tétum seja usado de uma forma consistente, é preciso regular seu uso. Por isso é necessário ver em qual suporte um órgão possa se ancorar para poder intervir no planejamento de uma língua.

Baseado na lei constitucional de Timor-Leste, a definição do artigo 13º números 1 e 2 sobre as línguas oficiais e nacionais, e do artigo 115º sobre a competência do Governo em definir e executar a política geral do país, obtida a sua aprovação no Parlamento Nacional, o governo decretou uma lei sobre o padrão ortográfico do Tétum, adotado pelo Instituto Nacional da Linguística (INL) da Universidade Nacional de Timor Loro Sa'e. No âmbito da implementação, esse decreto prevê no artigo 3º, o seguinte: 1. “O padrão ortográfico do Tétum oficial deve ser seguido no sistema geral de educação, nas publicações oficiais e na comunicação social”; 2. “Deve ser dada prioridade ao uso do Tétum oficial e do Português na iconografia e sinalização públicas”; 3. “O Inglês e o Malaio-indonésio como línguas de trabalho, não devem ser

utilizados na iconografia e sinalização públicas a menos que acompanhados de textos em Tétum e Português com visível proeminência”.

No artigo 4º desse decreto consta: 1. “O INL é a guardiã científica do Tétum oficial”; 2. “O INL deve continuar a desenvolver as atividades científicas necessárias à preservação e protecção das restantes línguas nacionais, trabalhando nomeadamente os respectivos padrões ortográficos”; 3. “O trabalho de pesquisa e desenvolvimento do Tétum e restantes línguas nacionais da República Democrática de Timor-Leste deve ser conduzido em estreita cooperação com o INL”; 4. Os linguistas estrangeiros devem obter do INL autorização para levar a cabo as suas atividades de pesquisa, com submissão e aprovação do projeto de trabalho a desenvolver, sob pena de ilegalidade manifesta”; 5. “O INL pode recusar a autorização caso não reconheça mérito científico ao projeto de investigação ou tal pesquisa não traga vantagens para o país”.

No artigo 3º, a norma é imposta diretamente pelo Governo à comunidade para se cumprir, e no artigo 4º, o poder é dado ao INL para, por sua vez, gerenciar as devidas regras na escrita.

Calvet (2007) define dois tipos de gestão na linguística: gestão *in vivo* e gestão *in vitro*. A primeira precede das práticas sociais, ao modo como as pessoas lidam com o sistema comunicativo cotidianamente, criando neologismos e tomando empréstimos, ampliando assim as funções de uma dada língua que representa o resultado desta prática; a segunda, trata-se da intervenção do poder no uso da língua. Esta gestão *in vitro*, no caso de Timor-Leste se relaciona com a decisão tomada pelo poder político no sentido de escolher as línguas oficiais, o decreto do Governo sobre a padronização ortográfica e as decisões do INL em gerenciar uma norma sobre os padrões da língua e sua ortografia.

Na gestão *in vitro*, segundo Calvet, ocorrem muitas vezes ideias antagônicas, no que concerne à escolha de uma língua oficial ou nacional. O mesmo refere que os Estados muitas vezes intervêm no domínio linguístico sem debate teórico e as políticas linguísticas são geralmente repressoras e, por esta razão, precisam de uma lei para se impor.

Quanto à língua Tétum, foi escolhida por ser a mais falada no país e por ser considerada como língua veicular interétnica. Para ilustrar o fato de que

essa decisão não foi pacífica, basta mencionar que muitos preferiram a outra variedade (Tétum Téric) por ser mais conservadora na sua morfossintaxe. Porém, só é falada nas regiões onde ela é língua materna. Chama a nossa atenção justamente a escolha da variedade mais receptiva à influência da língua portuguesa.

2.3.2 A Universidade (O INL)

Conforme vimos acima, o padrão ortográfico foi adotado pelo INL da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e para ser aplicado na escrita do Tétum. Ao mesmo tempo, o INL recebe o papel de continuar a desenvolver o Tétum como está previsto no artigo 4º nº2 do decreto acima referido. Esta instituição tem o poder legítimo de estabelecer uma norma escrita, e, para a sua implementação, precisa de gramáticas, dicionários e outros materiais que regularizem esta norma. A propósito disso, o Gramático Geoffrey Hull, linguista australiano e seu parceiro Lance Eccles, salientam na introdução da “Gramática da Língua Tétum” o seguinte:

O INL, na sua política de planejamento linguístico, assumiu dois princípios essenciais. O primeiro reconhece o tétum praça (o dialeto tétum de Dili, agora considerado segunda língua em todo Timor Leste) como a base da língua literária nacional (...). O segundo princípio do INL é de que as efémeras estruturas e palavras importadas do malaio-indonésio, actualmente encontradas na linguagem coloquial da geração educada nas escolas indonésias, deverão ser excluídas da linguagem literária padronizada, dando-se preferência aos termos tétum genuínos de origem indígena ou portuguesa (Hull e Eccles, 2005, p. XVI).

E prosseguem:

A presente gramática do “tétum nacional” foi redigida em conformidade com estas linhas de orientação e, para esse fim, faz uso da ortografia fonémica padronizada elaborada pelo INL para o Tétum e para as quinze línguas regionais. No entanto, ao observarmos os princípios de orientação do INL, salientamos que o nosso trabalho é descritivo em vez de prescritivo (*idem*).

A respeito dessas citações notamos que: primeiro, a Universidade é o lugar de poder que desempenha seu papel em questões científicas; segundo, os gramáticos, se submetem a uma regra para desenvolver suas competências considerando o artigo 4º número 4 do decreto que retomamos : “os linguistas e estudiosos estrangeiros devem obter do INL autorização para levar a cabo as suas atividades de pesquisa, com submissão e aprovação do projeto do trabalho a desenvolver, sob pena de ilegalidade manifesta”, e, “ (...) esse trabalho deve ser conduzido em estreita cooperação com o INL”, como está referido no número 3 do mesmo artigo. Por isso os gramáticos que acabamos de citar, sendo estrangeiros, além de se submeterem a uma regra imposta pela universidade que é usar a língua no seu padrão, necessitam da aprovação da mesma.

Por outro lado, observamos que, assim, estabelece-se uma espécie de oficialização do empréstimo linguístico do Português para o Tétum. É como se o empréstimo da língua portuguesa para a língua Tétum Praça tivesse se tornado obrigatório e os empréstimos do Indonésio estivessem proibidos. Possivelmente isso está em desacordo com o que se afirma nos estudos sobre empréstimos linguísticos, como vamos verificar adiante.

Uma vez implementada a norma, conforme diz Bourdieu (1996) o sistema escolar desempenha uma função determinante no processo que conduz à elaboração, legitimação e imposição de uma língua oficial que se torna uma norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas. Esta lei linguística tem o seu corpo de juristas, gramáticos e os mestres como agentes de imposição e controle no uso da língua.

Vogt (1980) faz referência a Stalin quando este numa entrevista afirma que o léxico e a gramática são apontados como garantia da estabilidade linguística. Esse autor afirma que a língua, sendo meio de comunicação entre os homens, serve igualmente a todas as classes sociais, mas diz ao mesmo tempo que os diversos grupos sociais e as classes não são indiferentes em relação à língua. Como esse entrevistado era dirigente político, Vogt acha que essa concepção de linguagem é “missionária” e “didática”, e, segundo ele, “as duas coisas parecem estar juntas, sobretudo por se tratar de um caso limite, no qual a defesa do conhecimento científico carrega, de modo bastante evidente,

a defesa de posições ideológicas”. Podemos considerar nesse fenômeno o sujeito deixar de ser individual para ser um sujeito institucional com uma missão de impor uma norma a ser aplicada, uma regra de “uso”.

2.3.3 A Mídia

Os veículos e canais de comunicação, como jornal, revista, rádio e televisão, são meios que influenciam rapidamente na mudança linguística. Um leitor, ouvinte ou telespectador que todos os dias se mantém em contato com essa mídia vai adquirindo novos vocábulos, designações das quais ele se apropria e incorpora ao seu léxico. Nesses veículos costuma-se usar a língua oficial do país e também por se levar em conta o público alvo. Em Timor-Leste, atualmente, a língua mais usada e obrigatória na mídia é o Tétum, embora nos jornais sejam usadas outras línguas como o Português, o Inglês e o Malaio indonésio.

O Tétum, além de ser língua oficial já era língua franca ou língua veicular. De fato, essa língua como todas as outras, é o resultado de práticas sociais ao longo da sua história, porém, na sua implementação nos meios de comunicação, a mídia seguiu uma regra imposta pelo governo previsto no mesmo decreto anteriormente citado como diz no artigo 2º nº 2 : “A variedade do Tétum afirmada como língua oficial e nacional é o Tétum oficial, uma forma literária moderna do vernáculo mais comum do país, baseado no Tétum Praça” e no artigo 3º nº 1 “O padrão ortográfico do Tétum oficial deve ser seguido no sistema geral de educação, nas publicações oficiais e na comunicação social”. Por isso a mídia adota os critérios estabelecidos pelo INL como a ortografia e o uso dos empréstimos portugueses. Se as mídias são ou não lugar de poder, Charadeau questiona:

As mídias constituem uma instância que não promulga nenhuma regra de comportamento, nenhuma norma, nenhuma sanção. Mais que isso, as mídias e a figura do jornalista não têm nenhuma intenção de orientação nem de imposição, declarando-se, ao contrário, instância de denúncia do poder. Sendo assim, de onde vem a designação de “quarto poder”? Seria que se presta, sem querer, a uma manipulação das consciências? (Charadeau, 2009, p.18)

Esse autor considera que o poder das mídias está na manipulação pois procura atingir o maior número de receptores. O que interessa ao nosso estudo é, para além da informação como consumo do receptor, o uso da linguagem também é “consumido”, incorporado.

O que notamos cotidianamente é que em Timor-Leste os discursos dos entrevistados, principalmente os agentes de poder (a maioria) usam uma linguagem predominantemente portuguesa. Quando usam o Tétum, eles o fazem usando mais empréstimos do Português. Nesse aspecto, num jornal impresso, por exemplo, existe influência dos dois lados: do entrevistado e do entrevistador. Essas duas formas de linguagem são expostas ao público e por isso são fatores que influenciam a fala, podendo ser aceitas pelo grupo. Por isso consideramos também que na mídia o receptor além de ser consumidor da mensagem, toma e se apropria da linguagem usada nesse meio de comunicação. Na adoção de uma linguagem usada por um indivíduo, por exemplo, na mídia, depende do receptor ao selecionar as expressões com que ele deverá usar no seu universo de referência constituindo seu idioleto que, generalizado, se torna coletivo.

Porque a mídia é entendida como “lugar de poder”? A mídia como uma organização não impõe uma regra, como diz muito bem Charaudeau (2009), mas sujeitando-se a uma norma como acontece no Timor-Leste, recorrendo ao uso de termos do Português e termos Tétum genuínos de origem indígena, consegue influenciar o público alvo com sua produção. A linguagem usada na mídia é objeto a ser consumido pelo receptor. Por outro lado, o objeto de informação, na maioria das vezes, revela as atividades de sujeitos que estão no poder. Não falamos da mídia em geral, limitamo-nos à mídia de Timor-Leste em que as informações diárias falam sobre os lugares de poder. Por exemplo, o que todos os dias se dá no jornal (Rádio, televisão e jornal impresso) e se repete duas ou três vezes, não é simplesmente informação de que uma família passa fome, de um homem estar ceifando arroz, ou de que outro homem trabalha na construção de estradas ou pontes, de que um menino está lendo, mas sim, a informação de que esta família recebeu ajuda dos serviços sociais, que o Ministro da Agricultura participou na primeira colheita de arroz, que o projeto das obras públicas está em progresso ou que o Ministro da Educação inaugurou uma biblioteca, por exemplo. Desse modo, consideramos a Mídia

lugar de poder, tendo em vista também que esses canais pertencem ao Estado.

No que concerne à linguagem, podemos dizer também que a influência da mídia, mesmo não seguindo a regra de “bom uso” da língua, com suas inadequações, é mais forte do que a de uma produção científica que obedece rigorosamente ao uso correto da língua que é imposta como norma. Isso porque o público todos os dias sintoniza rádio e assiste televisão, o que permite maior contato desse público com informações, enquanto os livros, gramáticas, dicionários ficam mais guardados nas prateleiras ou gavetas sendo mais restritos a determinados espaços.

2.4 A ortografia do Tétum

Como vimos no item anterior, o Governo estabeleceu o padrão ortográfico do Tétum, elaborado pelo INL através de um diploma legal, sob forma de Decreto. Uma língua necessita de um sistema ortográfico adequado ao seu sistema fônico que, como o Tétum, possui alguns sons diferentes do Português, língua que transmitiu àquela o alfabeto romano. O objetivo de adotar um padrão ortográfico para o Tétum é para que seja acessível a todos os leitores falantes desta língua. A maioria dos timorenses tem dificuldade de ler e escrever em ortografia portuguesa, pois esta, em vários casos, não se adequa ao sistema fonêmico do Tétum. Por exemplo, o *nh* e o *lh* do Português não são adequados devido ao *h* aspirado do Tétum. Além disso, a ortografia portuguesa possui várias grafias para um som (**s**-sala, **ss**-classe, **c**-parcela, ou **ç**-caça) ou uma grafia para vários sons (**x**-exame, **x**-enxada, **x**-crucifixo,); Cabe ainda ressaltar que a maioria que estudou na educação indonésia, aprendeu a escrever com outro sistema ortográfico. Por isso este padrão ortográfico do Tétum pode facilitar mais um leitor timorense falante de Tétum que tenha tido uma aprendizagem na educação portuguesa ou indonésia, e facilita também a um indivíduo para escrever em outras línguas timorenses porque esta ortografia reflete o sistema fonêmico dessas línguas com uma forma mais coerente e simples.

Ao longo dos séculos Timor conheceu a escrita, começando a usar a ortografia portuguesa. Assim durante o período em que os missionários começaram a ensinar catequese, procuraram traduzir as orações do Português

para o Tétum na ortografia portuguesa. Segundo Thomaz, “o uso exclusivo do português como língua escrita inibiu o desenvolvimento de uma forma escrita do tétum e, conseqüentemente, a sua uniformização através de um modelo, daí resultando a inexistência, ainda hoje, de uma forma padrão do Tétum”. O autor fala da época em que não havia ainda uma padronização ortográfica e que os autores tinham que recorrer à ortografia portuguesa onde apareciam muitas vezes inadequações relativamente ao sistema fônico do Tétum. Esses autores adotavam termos do TT e outros mantinham em Português. Não era comum as pessoas escreverem cartas nessa língua, e se escrevessem, teriam que seguir a ortografia portuguesa, e como a maioria das pessoas possuía uma instrução mínima, era difícil seguir a norma ortográfica portuguesa, além disso, não havia uma norma para o Tétum.

A ortografia padronizada do Tétum foi o resultado do trabalho de várias pessoas que deram sua contribuição para essa evolução ortográfica a partir de 1889 quando um missionário católico publicou seu dicionário do Tétum, seguido de outros autores. Por isso o INL considera que a base ortográfica do Tétum não é “revolucionária”, mas, sim, “evolucionista”. Citamos a seguir uma parte da publicação do INL no jornal “Semanário”:

A ortografia padronizada do Tétum, a qual foi dado carácter oficial legislativo por decreto governamental (1/2004 de 14 de Abril de 2004), não foi o trabalho de um só linguista, mas o culminar de um processo experimental que durou 115 anos desde a publicação do primeiro dicionário de tétum em 1889. Houve oito contribuições seminais para esta evolução ortográfica, as primeiras quatro individuais (todas elas de portugueses) e as últimas quatro de comissões (duas timorenses e duas timorenses e internacionais) (Semanário, Abril 2004).

1. Sebastião M.A. da Silva – autor do primeiro *dicionário do Tétum-Português* (1889);
2. Rafael das Dores – *Dicionário Teto-Português* (1907);
3. Manuel Patrício Mendes e Manuel Mendes Laranjeira – *Dicionário Tétum-Português* (1935);
4. Artur Basílio de Sá – *Notas sobre linguística timorense: sistema de representação fonética* (1952);

5. Comité da Fretilin para a literacia – *Como vamos alfabetizar o nosso povo Mau Bere de Timor Leste* (1975);
6. Comissão Litúrgica da Diocese de Díli – *Ordinário da Missa: Texto Oficial Tétum, leccionários* (1980);
7. Comissão Internacional para o desenvolvimento das línguas de Timor-Leste (IACDETL)- *Princípios de Ortografia Tétum: sistema Fonético, Standard Tétum-English Dictionary* (1996);
8. Instituto Nacional de Linguística – *Matadalan Ortográfiku ba Tetun Nasionál Hakerek Tetun Tuir Banati* (2002).

Nas obras acima enumeradas, apesar de aparecerem algumas incoerências nas convenções elaboradas por cada autor, identificam-se as inovações contribuídas para este padrão como as indicações do INL acima citadas. Essas inovações são, por exemplo, o uso do **h** para representar a consoante aspirada (fricativa glotal) o que não acontece no Português; uso do apóstrofo para representar oclusiva glotal (ʔ) que não existe em Português; o uso do **k** para substituir o **c** e o uso de **u** no final da palavra em vez de **o** como no Português; o **n** no final da palavra para representar nasalidade em palavras indígenas; nas últimas contribuições houve a ocasião de considerar também os sons que ocorrem nas palavras portuguesas como **lh**, e **nh** que são substituídos por **ll** e **ñ**, e o acento agudo para marcar palavras oxítonas e proparoxítonas que geralmente são do Português, para diferenciar a tonicidade visto que quase todas as palavras do Tétum são paroxítonas. Isto tem a finalidade de refletir os sons do Português que já fazem parte do sistema fonêmico do Tétum.

Nesse contexto podemos voltar para o estabelecimento da ortografia da língua portuguesa que substituiu a ortografia da língua latina. Viaro (2004) relata que a letra **c** latina representava sempre o mesmo som, a saber, **k**, de modo que **ca, ce, ci, co, cu** se liam como **ka, ke, ki, ko, ku**, e que em Português houve a permanência antes de **a, o, u**, mas que se lenizou o som antes de **e** e **i**. O mesmo acontece com **g**, em Latim se lia **ga, ge, gi, go, gu**, sendo que houve a lenização nos sons antes de **e** e **i**.

Quanto ao fenômeno da padronização ortográfica, consideramos as palavras de Silva e Koch (1983) que, segundo elas, cabe à linguística descritiva

descrever os padrões em uso nos quais a gramática normativa possa basear-se, de tal modo que a norma não seja uniforme e rígida, mas se mostre elástica e contingente, adaptando-se às diferentes situações. Também é importante refletir sobre as palavras de Aguiar (1984). Essa autora considera que os técnicos não podem interferir na fala como parte viva da língua, mas sim, eles têm o papel de escolher a melhor e mais correta opção para a representação fônica da língua considerada “a fotografia da língua”.

Essas duas posições das autoras que acabamos de referir, refletem a iniciativa do INL da Universidade de Timor-Leste em estabelecer o padrão ortográfico para as línguas nacionais (línguas nativas) que achamos pertinentes tendo em vista os diferentes sistemas fônicos. Porém, em relação aos empréstimos, só os sons do Português são contemplados neste padrão e não do Malaio (as africadas – [tf] e [dz]) conforme a discriminação feita em adotar esses empréstimos, o que parece ser outro motivo a ser questionado.

Mesmo com estas convenções estabelecidas para o sistema fonêmico do Tétum, muitas pessoas ainda hoje escrevem usando a ortografia do seu modo, pelo que esperamos uma uniformização através de socialização deste padrão principalmente nas escolas e na mídia. É importante observar que o último documento sobre as convenções ortográficas, já é escrito em Tétum, uma vez que é publicado depois desta língua ter sido escolhida como oficial.

Essa ortografia está relacionada com o Tétum padrão e nosso propósito é dizer que, no que concerne ao uso de empréstimos do Português, o INL define como padrão a pronúncia que está mais próxima dessa mesma língua, por isso a variedade “alta”, considerada por Hull e Eccles (2005), como pronúncia das “elites” que dominam Português. Ao contrário, Luís Costa, no seu Dicionário do Tétum-Português, inclui empréstimos com a pronúncia de variedade “baixa” respeitando o uso de falantes de Tétum Téric não escolarizados. Temos como exemplo: *bontade – vontade, badiu – vadiu, pinór – peñor, preku – pregu, dambua – jambua, etc.* O que é muito significativo é que o seu dicionário é fonte de inúmeros vocábulos de origem indígena a que se pode recorrer.

2.5 Os empréstimos linguísticos

Tendo em conta o tema deste trabalho “Instâncias de poder e mudança linguística: um estudo a partir de empréstimos em jornais timorenses”, achamos importante fazer um estudo sobre os empréstimos na língua Tétum, como um dos fatores da sua mudança. Antes disso queremos mostrar o conceito de empréstimo linguístico. Segundo o dicionário de linguística de Dubois:

“Há empréstimo quando um falar A usa e acaba por integrar uma unidade ou um traço linguístico que existia precedentemente num falar B e que não possuía; a unidade ou o traço emprestado são, por sua vez, chamados de empréstimos. O empréstimo é o fenômeno sócio-linguístico mais importante em todos os contatos de línguas, isto é, de um modo geral, todas as vezes que existe um indivíduo apto a se servir total ou parcialmente de dois falares diferentes. Os empréstimos ligam-se necessariamente ao prestígio de que goza uma língua ou o povo que a fala (caráter melhorativo), ou então ao desprezo no qual ambos são tidos (caráter piorativo)” (Dubois, org-S.P, 2006).

O empréstimo linguístico é considerado um fato primário, resultante da coexistência de dois idiomas no mesmo meio social. Nesse contexto trata-se da fala dentro de duas comunidades linguísticas diferentes em que os empréstimos se assimilam de uma forma natural.

Câmara (1980) retoma Bloomfield que distingue “empréstimos culturais” e “empréstimos íntimos”. O primeiro abrange todas as aquisições estrangeiras que uma língua faz em virtude das relações políticas, comerciais ou culturais, com povos de outros países. O segundo é a situação quando a conquista se faz através de imigrantes que trazem consigo famílias e bens. O autor se refere ao caso de uma nação poderosa que conquista um povo mais fraco e lhe anexa o território em condições de província. Nessa situação a língua penetra lenta e constantemente por meio dos vencedores no território vencido. O povo que deve trabalhar está sujeito aos métodos e à direção dos seus dominadores. Isso corresponde à situação de Timor-Leste nos dois períodos de dominação, embora, a entrada desses dois povos tivessem um processo

histórico diferente um do outro: o primeiro, via colonização e o segundo, invasão. Sendo as duas partes dominadoras, a segunda (Indonésia) tem uma história recente, uma realidade vivida recentemente e por isso ainda fresca na memória.

A co-existência de duas línguas, no caso de uma delas ser a língua politicamente dominante, superpondo-se à outra, acontece geralmente nas seguintes hipóteses: a língua dominada desaparece deixando um substrato na língua dominante; a língua dominante desaparece e deixa um superstrato na língua dominada, ou as duas permanecem e trocam elementos na condição de adstrato (Carvalho, 2009).

No caso de Timor-Leste como vimos atrás, a situação linguística sempre se alterou com a situação política, mas também a presença comercial deixou rastros. Aqui cremos que é necessário pensar um pouco sobre os possíveis empréstimos de outras línguas e principalmente do Malaio, que entrou no Tétum antes da língua portuguesa se impôr como língua oficial nesse território. Conforme abordou Thomaz (2002), a presença dos mercadores na ilha de Timor, não era exclusivamente de portugueses, mas também de outros povos. Ele citou em seu livro, por exemplo, algumas palavras de origem malaia que entraram no Tétum, como: *kambatik* e *lipa* (tecido geralmente usado pelas mulheres), *dapur* (cozinha), *kalén* (estanho ou zinco para construção de casas), *katupa* (arroz cozido em cestinhos de folhas de coqueiros), *kolan* (coulão) e outros. Esses vocábulos enraizados no Tétum podem ser considerados elementos linguísticos que faziam parte de um *pidgin* que, por serem de longa data, não são percebidos como empréstimos. Quanto ao superstrato linguístico do Português no Tétum, no período que deixou de ser oficial em 1976 a 1999, com a sua reintrodução, se ampliou muito nos dias de hoje.

Antes de 1975, o TP já estava mesclado com os empréstimos do Português, e, depois desse período se mesclou novamente com o Indonésio. Durante a ocupação da Indonésia, muitas expressões do Português que tinham sido enraizadas não desapareceram, tendo entrado já no léxico Tétum, outras foram substituídas pelas expressões do Malaio indonésio. Nas duas situações, tanto no período do governo português como no da Indonésia, o falante dispunha de duas línguas a seu serviço, ora de uma, ora de outra, conforme a praxe do ambiente social. Surgiram então os empréstimos como instrumento

de mudança linguística. Neste sentido consideramos também o que diz Thomaz a respeito do uso de expressões portuguesas no TP:

O uso paralelo do português e do tétum praticamente pelos mesmos falantes, como dois níveis diferentes de linguagem, facilitou a contaminação do tétum não só pelo vocabulário como também pelos padrões da sintaxe e estrutura frásica do português (Thomaz, 2002, p.104).

Note-se que o autor acima atribui a “contaminação” de uma língua pela outra ao uso e não à ação das instâncias de poder. Do mesmo modo Câmara (1980, p. 272) atribui força e rivalidade à própria língua: “Há então uma língua forte, porque é predominante na sociedade. Ela acaba, em regra, por definitivamente impor-se e abolir a sua rival, da qual toma empréstimos mais ou menos abundantes”. Não estamos aqui fazendo uma leitura simplificada do que diz esse autor, pois entendemos que ele usa a palavra “língua” em certo sentido significando “o povo que a fala”. No entanto, pensamos que, à medida, em que vão se disseminando textos que abordam a questão desse modo, ou seja, atribuindo à língua as propriedades que são dos sujeitos falantes, pode-se ir distanciando o leitor da reflexão sobre esses sujeitos e as suas forças políticas.

No que fala o autor, podemos entender quando em uma situação diglósica, quando uma língua é considerada “alta” e a outra “baixa”, ou quando existem línguas minoritárias em relação à língua dominante. O que verificamos em relação à situação linguística de Timor Leste, tanto o Português como o Malaio indonésio é que foram línguas de poder de que o Tétum estava sujeito a receber empréstimos. Por outro lado, o governo indonésio, durante sua presença nesse país, proibiu o uso da língua Portuguesa que era considerada sua “rival” em termos de dominação, com o objetivo de aboli-la, levando o povo de TL a assimilar novas ideologias. Assim a língua lusitana foi deixando de ser falada até que a nova geração a desconheceu. Portanto, a “rivalidade” neste caso foi com o Português que tinha sido língua oficial. O objetivo da Indonésia era extingui-la totalmente visto que uma língua traduz a cultura de um povo, e sua ideologia.

Quanto às línguas locais de Timor Leste, entendemos que sobre elas existe apenas imposição da língua da dominação, pois, não existe competição entre elas, mas sim, uma imposição. Reiteramos que os empréstimos do Português que ficaram nas línguas locais como superstrato linguístico se ampliaram devido à retomada da língua portuguesa como oficial. Do mesmo modo, os empréstimos do Malaio permanecem pelo fato de ser recente e também devido aos canais televisivos existentes. E, não existe um falar que, depois de tantos anos possa desaparecer facilmente sem deixar vestígios.

Sendo o objetivo específico do trabalho, analisar empréstimos do Português no Tétum, só nos ocuparemos destes.

2.6 Os empréstimos do Português no Tétum

Como é suposto, a formação do TP começou quando falantes de várias línguas vieram do interior do país e uma comunidade do exterior que falava crioulo com base lexical portuguesa se concentraram na capital de Dili, como vimos no capítulo anterior.

O “estado” da língua TP era outro, teve o começo numa época em que não havia ainda escolas e é óbvio que a fala era baseada apenas numa língua crioula e por falantes com pouca ou sem instrução escolar. Nessa época, nem havia meios de comunicação como rádio e televisão. Podemos constatar que, o uso do Português pela pequena elite começou a transferir muitos vocábulos para o Tétum e, à medida em que, Timor-Leste teve possibilidade em abrir mais escolas, o uso desses empréstimos se divulgou tornando a língua Tétum mesclada com o Português.

A estrutura do Tétum teve também alguma influência do crioulo, porém, os inúmeros vocábulos do Português hoje introduzidos no léxico, não entraram via crioulo, mas sim, diretamente do Português como língua de comunicação quando foram abertas muitas escolas. Quando esta língua deixou de ser falada no Timor-Leste, deixou seu superstrato linguístico no Tétum, mas hoje em dia se ampliou com a sua reintrodução.

Os empréstimos para as línguas locais do Timor-Leste se caracterizam mais por fatores externos que Bloomfield (apud Câmara, 1980) classifica de empréstimos culturais como resultado dos contatos políticos e sociais. Os

outros mais frequentes são do Inglês pelos contatos na área da informática, uma exigência da globalização, bem como da ciência.

A seguir queremos descrever brevemente o uso dos empréstimos do Português no Tétum, tendo em conta o conhecimento de cada falante em relação à língua portuguesa.

Começamos por dizer que o uso de empréstimos varia de falante para falante. Essa variação depende do conhecimento da língua, e do meio em que a pessoa se encontra, como também da questão genérica, como afirma Coseriu. Neste trabalho distinguimos três classes no uso de empréstimos:

Primeiro, são as palavras introduzidas de longa data com os objetos que elas designam. Há objetos que só foram introduzidos através de contatos com o exterior e daí os seus nomes como, por exemplo: *pão, café, copo, cadeira, chapéu, sapato*, etc; as novas realidades como escola e religião também introduziram novos vocábulos como: *escola, livro, ler, estudar, igreja, missa, batismo, comunhão*, etc. Essas palavras são em geral conhecidas e usadas por qualquer falante timorense, pois, já fazem parte do seu léxico; em segundo lugar, há palavras usadas pelas pessoas que estudaram Português assimilando mais palavras dessa língua conforme o desenvolvimento de sua escolaridade e a realidade vivida. Temos, portanto, palavras que são usadas nas escolas, nas igrejas que designam objetos a que as pessoas têm acesso, e também que são aprendidas devido à convivência, ou, terminologias utilizadas em uma determinada área, onde a pessoa se encontra integrada; em terceiro, existem as terminologias técnicas ou científicas. Nesse último caso, os empréstimos parecem ser inevitáveis, pois não existe uma terminologia específica em qualquer das línguas nativas que possa substituí-los. Talvez daqui para diante os gramáticos e lexicógrafos trabalhem para a substituição de algumas com uma socialização através de escolas e mídia.

O motivo que nos leva a distinguir a segunda e a terceira categorias é que na terceira, referimo-nos a termos técnicos científicos utilizados em cada área de conhecimento. Por exemplo, uma professora não vai usar os termos usados por um engenheiro, médico ou um jurista, e, esses por sua vez não vão saber o que é *diglossia, code-switching, sincronia, diacronia*.

Se uma língua está sempre em mutação numa certa comunidade linguística, ela nunca se mantém pura e absorve vocábulos ou expressões de

outras línguas para preencher o léxico enquanto novas realidades precisem ser nomeadas. Às vezes esses empréstimos são introduzidos mesmo que existam expressões próprias no léxico como para substituí-las ou apenas para enfatizá-las. Isso acontece geralmente quando se entra em contato com outra comunidade. A língua é imposta aos cidadãos de forma que, com o uso em paralelo uma com a outra, é facilmente absorvida. É esta imposição que nos levará a discutir mais adiante a construção dos textos acadêmicos sobre mudanças linguísticas.

Na realidade timorense, vemos que nem as várias línguas vernáculas existentes nem a língua chinesa que se falava nos centros urbanos em todo o território tinham grande influência de uma sobre outra. Por exemplo, o Fataluco (língua do distrito de Lospalos – parte leste de Timor) possui os sons /v/, /f/ e o /ŋ/ do chinês, mas esses sons hoje usados no Tétum e noutras línguas foram influenciados pelo Português e pelo Indonésio e não pelo Fataluco ou chinês, por exemplo. Não é fácil introduzir uma palavra de uma variedade regional em outra pelo motivo de que, os contatos entre esses falantes, são em língua Tétum, diferentemente das línguas oficiais como sendo dominadoras. Por meio desse contato constante entre uma língua e outra, se torna mais fácil adotar seus vocábulos, assimilando seus sons.

Alguns empréstimos do Português entraram há muito tempo e já fazem parte das línguas maternas como, por exemplo: *pão, livro, mesa, escola*, etc. Outros como muitos substantivos abstratos já existentes, são usados há pouco tempo devido à reposição do estatuto do Português como língua oficial em Timor-Leste e mais pela facilidade de comunicação através de rádio e televisão. Em relação ao primeiro fenômeno que diz respeito aos primeiros vocábulos, fazemos referência a Pedro M. Garces e Ana Maria S. Zilles em “Estrangeirismos -guerras em torno da língua”.

De resto, os elementos estrangeiros que surgem do contato linguístico muitas vezes têm vida curta, como as gírias, ou são incorporados de modo tão íntimo à língua que os acolhe, pelos processos normais de mudança linguística, que em duas gerações nem sequer são percebidos como estrangeiros. Com efeito, em pouco tempo, os que conhecem a língua de origem

nem reconhecem seus elementos quando usados como empréstimos (Garces e Ziles, 2001,p.19).

Este fato acontece no Tétum, pois palavras usadas há muito tempo e que se enraizaram no léxico não são percebidas como palavras estrangeiras. Qualquer criança que aprende a falar já possui esses vocábulos no seu léxico. E é por isso mesmo que nos preocupamos com os empréstimos do Português no Tétum e a consideração do fenômeno como sendo natural. Quando se trata de influência induzida de uma língua de maior prestígio sobre outra, pode se inviabilizar o desenvolvimento da segunda, que corre o risco de se tornar uma variedade da primeira.

Do ponto de vista diacrônico, fora dessa categoria de empréstimos já citados como já enraizados na língua materna, a nosso ver, antes de 1975, esta fala – com muitos empréstimos do Português e do Malaio indonésio - que hoje se torna comum, limitava-se principalmente às pessoas letradas e, assim, na zona mais prestigiada, que era a capital. Hoje em dia este linguajar é mais abrangente que a anterior embora a maioria dos falantes do Tétum não estude Português. Relacionamos esse fenômeno à existência de aparelhos televisivos e rádio, mesmo que este último seja um meio de comunicação muito antigo. O maior número de letrados que, embora tenha aprendido outra língua, se adapta facilmente a várias terminologias em Português, existentes também no Malaio que foram adotadas do Inglês. Embora essa língua – Inglês - não seja proveniente do Latim, participou deste intercâmbio linguístico, de modo que seu vocabulário é extensamente românico (Viaro, 2004).

No tocante ao emprego de empréstimos do Português, diremos que não é uniforme, pois varia de falante para falante conforme seu nível do conhecimento na língua, tanto do Português, quanto do Malaio indonésio, em termos gramaticais, lexicais e fonológicos. Hull e Eccles (2005) definem três conceitos referentes ao uso de empréstimos portugueses: *Acrolectal*, *mesolectal* e *basilectal*. O primeiro refere-se à variedade “alta” de qualquer língua de Timor-Leste, falada pelas pessoas também fluentes em Português e, por isso, fortemente influenciadas por esta língua. As formas acrolectais, apesar de socialmente prestigiosas, não são necessariamente as variedades literárias padrão; o segundo é a variedade “intermédia” de qualquer língua de

Timor-Leste e a maioria dos timorenses de leste falam hoje essa variedade mesolectal e da sua língua vernácula; o terceiro conceito refere-se à variedade “baixa” de qualquer língua de Timor-Leste falada pela parte iletrada da população por isso menos exposta à influência do Português e do Tétum.

Essa prática linguística é o que podemos ver em Timor-Leste, embora nos pareça um pouco preconceituosa a observação desses autores. Por isso esta parte será observada por nós no último capítulo da dissertação.

Aceitando a realidade da existência de estrangeirismos, ou no caso de Timor-Leste, os empréstimos - sem mencionar os princípios do INL-, levamos em conta a citação de Coimbra no *Boletim de Alab*, as palavras de Mikhail Bakhtin:

O fato de que a linguística e a filologia estejam voltadas para a palavra estrangeira não é produto do acaso ou de uma escolha arbitrária da parte dessas duas ciências. Essa orientação reflete o imenso papel histórico que a palavra estrangeira desempenhou no processo de formação de todas as civilizações da história (...) A palavra estrangeira foi efetivamente, o veículo da civilização, da cultura, da religião, da organização política (...) (Coimbra, 2000 p.39)

Como exemplo, lembramos como as línguas europeias se expandiram no mundo através da colonização e referimo-nos ao que diz Jean Luis Calvet, na sua escrita sobre políticas linguísticas, no que concerne a esses fenômenos ligados à religião e colonização e que resultou na escrita de cada país, na adoção, por exemplo, do alfabeto árabe ou latino. Devido aos traços relativos à história, religião e cultura, Timor-Leste optou pelo Português. Este por não ser uma língua nova em Timor-Leste, teve muita influência no Tétum, significando que este sofreu grande mudança, e, por ser mais falado, foi escolhido para estar a par da língua portuguesa. Para observar esta mudança, como foi previsto no início, analisaremos os jornais veiculados no país no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

O Corpus

3.1 Descrição do *corpus*: Os jornais do Timor-Leste

No capítulo 1 contextualizamos a situação linguística do Timor Leste do ponto de vista diacrônico e a relacionamos com as instâncias do poder em contexto político como um dos causadores da mudança linguística. E para comprovar essa hipótese, temos como *corpus* para este trabalho, jornais que circulam no Timor-Leste e os documentos oficiais, onde podemos observar a materialização dessa influência do poder, já que não podemos recorrer a outros meios da comunicação como rádio e televisão. Tendo em vista a mídia considerada um dos lugares de poder, descreveremos a seguir três dos vários tipos de jornais nos quais serão analisados os empréstimos do Português no Tétum, como um estudo sobre a situação da língua Tétum.

A circulação dos jornais no Timor-Leste como meio de comunicação deve levar em conta o conhecimento do público alvo em relação à língua como também seu *status* como oficial. Encontrando-se este país numa situação multilingue, o público leitor fala cada um sua língua materna e tem cada um sua língua de instrução. Apesar disso todos os leitores timorenses são falantes do Tétum. Cada um dos jornais usa várias línguas, a principal e a mais utilizada é o Tétum. A partir desses jornais, o nosso objetivo é analisar textos escritos nessa língua para verificar o uso dos empréstimos nesses jornais como resultado de uma mudança linguística com relação a fatores externos. As mesmas informações são veiculadas através da rádio e televisão, de modo que, a linguagem usada nesses meios influencia mais rapidamente a linguagem popular ampliando assim seu uso.

Como sabemos, a política do país determinou duas línguas oficiais (Português e Tétum) e duas línguas de trabalho (Inglês e Malaio indonésio). Por isso, além do Tétum, são usadas também as outras três línguas nos jornais. Devemos dizer também que o número de leitores de jornal é restrito. Estes só estão presentes nos centros urbanos, porém este meio de informação é o melhor para comprovar o uso da língua nos seus registros escritos já que é

difícil basear-se em informações recolhidas de rádio ou televisão para este trabalho. Temos a seguir a descrição de alguns de jornais que circulam no Timor-Leste sobre seu tamanho, conteúdo, e outros aspectos:

1. *Diário* do dia 22 de Maio de 2009
2. *Suara Timor Loro Sa'e*, de 19 de Maio de 2009
3. Tempo semanal, de 16 de Novembro de 2009
4. *Dili weekly*, do período de 23-29 de Janeiro de 2009

3.1.1 O Diário foi criado no dia 7 de Março de 2005, composto por 16 páginas escritas em três línguas: Tétum, Português e Indonésio. O título - “Diário” corresponde à ortografia portuguesa e também à ortografia tétum. Nota-se logo que o título já é um empréstimo.

O Tétum ocupa a maior parte do jornal, o Português ocupa as páginas 4, 10 e uma parte da página 13 que é uma página em Tétum. O Indonésio ocupa as páginas 8, 9, 11 e 12. Também numa página em Português encontra-se uma coluna escrita em Tétum. As publicidades aparecem espalhadas nas páginas: 2, 3, 7, 9 e 16. Como o jornal é do dia 22 de Maio, dois dias após a comemoração da independência, aparecem ainda, na parte inferior de algumas páginas, cartões de congratulação por esse dia, vindos de diferentes instituições públicas e privadas escritos em Tétum e Indonésio. O Inglês não aparece nas notícias, mas nas publicidades como nos nomes dos objetos que se promovem. As notícias do país são sempre escritas em Tétum. O Indonésio e o Português geralmente são utilizados para falar de notícias internacionais mais importantes referentes à Indonésia, Portugal e outros países relativamente às notícias importantes, como situações políticas, desportos, publicidades, celebridades e artigos de opinião, como também aparecem nos textos em Tétum.

O jornal tem um tamanho de 50 x 35cm com o desenho da bandeira nacional na primeira página do lado esquerdo do título. A primeira e a última páginas são coloridas : a primeira chamando atenção para a notícia principal e

a última, para a publicidade de instrumentos da energia solar, geralmente colocados para sua promoção, e, no final da página, encontra-se um cartão de boas festas pelo 7º aniversário de Timor-Leste. As publicidades intercaladas nas páginas nas diferentes línguas vindas de várias partes. A própria redatora tem logo na primeira página, ao lado direito do primeiro título, sua publicidade com a figura de um olho e com o título – “*Primeiro olhar, loke matan ho Diário*” que significa “Abrir os olhos com Diário”. Esse jornal é distribuído logo de manhã e em domicílio para os assinantes como também nas repartições públicas. A equipe redatora é composta por 32 elementos distribuídos em várias seções: Administração, Correspondência, Financeira, Publicidade, Paginação e Distribuição.

3.1.2 O título do jornal **Suara Timor Lorosa’e**, é proveniente de STT (Suara Timor Timur que significa “Voz de Timor Leste”), ou seja, substituiu o STT que já circulava em Timor-Leste desde a presença da Indonésia. O nome foi traduzido para Suara Timor Lorosa’e, que seria A Voz de Timor Lorosa’e. A palavra *Voz* está escrita com tamanho pequeno em cima da palavra *Suara*, por isso o título continua híbrido talvez querendo significar o uso plurilingue nas notícias.

A equipe da Redação compõe-se de 45 pessoas distribuídas em seções indicadas em inglês como: *Publisher and Editor in Chief, Deputy Publisher and Business Director, Managing Editor, Reportes Coordinator, Editorial Secretary, Repórter Nasional, Repórter Regional, Production, Business and Marketing, Distribution and Delivery Service, Human Resources and Logistic, Finance, Pré-Press and Press e Suaratimorlorosae On-line*.

Esse jornal tem o tamanho maior que o Diário, com 57x37cm, contendo 16 páginas escritas em Tétum, Indonésio e Inglês: O Tétum ocupa mais espaço, a seguir o Indonésio e depois o Inglês que aparece nas publicidades das empresas, em algum anúncio vindo de diferentes organizações ou embaixadas estrangeiras para concursos, ou de uma instituição pública para o público em geral, ou das empresas, como aviso para prevenir o uso de certos instrumentos promovidos como se verifica na página 7 do STL do dia 19-5-09.

O Português não aparece nas notícias (visto que há um jornal escrito em Português – *Semanário*). Entretanto, os avisos originários de Instituições

públicas, ainda que tenham conteúdo em Tétum ou Inglês, apresentam o cabeçalho do formulário em Português. Aqui podemos diferenciar como as línguas são usadas em diferentes contextos. Essa informação mostra-nos como a língua oficial – o Português – é usada nas instituições públicas, como no caso do formulário com cabeçalho escrito nessa língua, porém o conteúdo ou a mensagem aparece em duas versões, Tétum e Inglês, tendo em conta o público alvo a quem a informação se destina – o usuário que geralmente é timorense e empresário, indonésio, australiano ou chinês, por exemplo.

É preciso salientar que, assim como no jornal *Diário*, as notícias no *Suara Timor Lorosa'e* também aparecem mais em língua Tétum, pois a língua indonésia é utilizada mais para notícias do estrangeiro como desportos, celebridades, e questões políticas de. A notícia em língua indonésia sobre Timor-Leste, nessa edição só aparece em menos de metade da página 6. O resto são publicidades.

3.1.3 Dili Weekly é um tipo de jornal mais recente, possui um tamanho menor que os outros dois primeiros, está escrito só em Tétum e Inglês e apresenta um formato diferente. Cada versão que é correspondente a uma língua, começa na primeira página da frente e do verso e termina no meio, com 8 páginas para cada versão. O título está em Inglês para as duas versões “Dili Weekly” e o subtítulo nas duas: “Independent News in an Independent Nation” e “Notícia Independente iha Nasaun Independente”. Os títulos das notícias principais seguem logo o subtítulo do jornal, com a respetiva página para chamar a atenção dos leitores. Também esse jornal traz a bandeira no lado esquerdo do título, na primeira página.

Como acontece noutros tipos de jornais, as publicidades e anúncios vêm intercalados ao longo das páginas. A equipe redatora é composta por: *Editor-in-chief, Layout/Design, Adversiting, Administration, Distribution, Finance, Copy Editor, Translator* com os respectivos nomes próprios. Esta parte, assim como o título, está escrita em Inglês para as duas versões.

Nesse jornal não há uma versão em língua portuguesa, mas o subtítulo “Notícia Independente iha Nasaun Independente”, já mostra um predomínio de empréstimos do Português. Num cantinho da página 3 encontra-se um texto

publicitário em língua Indonésia. É um jornal de periodicidade semanal (utilizamos a edição de 23-29 de Janeiro de 2009).

3.1.4 O Tempo Semanal é um outro jornal que circula recentemente em Timor-Leste. Possui um tamanho igual ao de *Dili Weekly*, com 16 páginas. As línguas usadas são: Tétum, Inglês, Português e Malaio indonésio. Assim como nos outros jornais, nessas dezesseis páginas, o Tétum ocupa maior espaço; segue o Inglês, que na página 8 e 9 ocupa página inteira, 75% da página 12, 25% da página 2, e, 5% da página 1; o Português está escrito em metade da página 3; o Indonésio só aparece em duas publicidades. Como acontece em outros três jornais assim como existem outros ainda não mencionados nesse trabalho, os textos em Tétum não aparecem desprovidos de empréstimos portugueses, e a ortografia usada está mais próxima do padrão.

As divisões que compõem a equipe redatora estão escritas em Inglês como se seguem: *Lawyer, Board of supervisor, Management, Redaction, Business e Correspondent*. A divisão *Management* é composta por *Director, Deputy Director, Editor In Chief e Financial Manager*; *Redaction* é composta por *Editors, Reporters e Prepress*; *Business*, tem *Marketin Manager, Deep Collector: Distribution & Delivery*;

Podemos verificar que, apesar de a maior parte do texto ser escrita em Tétum, o léxico usado para essas funções que acabamos de enumerar, é Inglês, por não haver ainda designações próprias em Tétum. Isso ocorre devido ao conhecimento da língua por parte dos fundadores, uma vez que, existem quatro línguas ao dispor (duas oficiais e duas de trabalho) usam preferencialmente a que mais dominam.

Quanto ao uso da língua, temos, por exemplo, duas publicidades escritas em Indonésio sobre “motorizadas” e “salão de beleza”. Estão em Indonésio, pois, são empresas pertencentes a indonésios. Outro caso é o de uma publicidade relacionada a uma alerta à utilização de gás. Este tipo de texto está em Inglês, Tétum e Indonésio. Podemos entender que não aparece texto em Português porque o povo ainda não se comunica nessa língua, que, na verdade, o Indonésio é mais conhecido em vez do Português. Se aparece texto em Inglês é por causa da empresa, não sendo um texto formal para ser escrito só nas línguas oficiais.

3.2 Uma visão geral

As línguas utilizadas nesses quatro tipos de jornais são as quatro línguas definidas na Constituição: Português e Tétum como línguas oficiais e o Indonésio e o Inglês, línguas de trabalho. O Tétum como língua mais falada pelo povo e como língua oficial, ganha um espaço maior nesses jornais, sendo usado em todos. Conforme a teoria de Rossi Landi (1985) que define a “língua como mercado”, devido ao seu valor de uso e valor de troca, a utilização dessas línguas atende às necessidades e reflete a compreensão do público-alvo. Nesse sentido, a escrita deve levar em conta essa percepção do público-alvo, que, embora deva estar dentro da norma de conduta, usando só as quatro línguas definidas, mas não é obrigatório escrever em Português, língua que ainda não faz parte na comunicação do povo em geral. Dessa forma, é importante o uso do Tétum, que, além de ser oficial, é falado pelos leitores timorenses.

Como vimos na contextualização sobre “lugares de poder”, a mídia é um dos que assume a responsabilidade de divulgar a norma-padrão, isto é, recorrer aos vocábulos do Português ou do Tétum-térico. A linguagem usada para escrever notícias em Tétum nesses três jornais possui quase as mesmas características: uso de termos portugueses, evitando termos em Malaio como empregados na linguagem oral; a ortografia utilizada é a ortografia padronizada do Tétum, embora apareçam muitas falhas em dados momentos; quanto ao uso de empréstimos, no que refere aos substantivos abstratos e adjetivos encontram-se às vezes inadequações relativamente ao uso convencional padronizado. A diferença que pode existir é o uso da linguagem e a forma de adotar os empréstimos, tendo cada um seu conhecimento da língua portuguesa; nos textos escritos, pode haver falhas na transcrição, sendo difícil fazer uma análise em termos fonológicos. Como é do nosso entendimento, a linguagem deve ser usada de uma forma simples, clara e objetiva, e uma fala deve ser transcrita fielmente sem desvios, porém pode haver problemas na ortografia.

Nos jornais coletados, observamos que nos textos a linguagem usada difere de falante para falante no caso do uso de empréstimos portugueses. Isso se deve ao conhecimento da língua portuguesa como também da área em que

a pessoa se encontra. Por exemplo, para terminologias técnicas geralmente usam-se empréstimos, pois, não podem ser substituídos para o Tétum.

Para os que são fluentes em Português, na sua fala do Tétum há a predominância de empréstimos do Português e da regra gramatical do Português. Em casos de substantivos abstratos e adjetivos, muitas vezes, não obedecem ao padrão do Tétum e substituir muitas expressões do Tétum para o Português uma vez que eles estão mais familiarizados com esses termos. Pelo fato de os jornalistas serem em sua maioria da camada escolarizada em Indonésio, estes muitas vezes recorrem a expressões da língua indonésia uma vez que lhes são mais conhecidas e lhes parecem adequadas. Isso demonstra que qualquer indivíduo é livre na expressão oral, podendo empregar expressões mais conhecidas. Nessa situação, os jornalistas escrevem-nas entre aspas ou em itálico para representá-las como palavras estrangeiras.

Nos diferentes jornais, o estilo da escrita também é diferente, em alguns se apresentam mais empréstimos, outros menos, alguns com mais rigor na escrita usando a ortografia padronizada e outros menos.

Outro fator desta diferença é também da variedade linguística de cada região, o que Coseriu considera de genérico. Essa peculiaridade pode influenciar na fala da pessoa em outra língua. Acontece que, quanto ao aspecto fonológico, pode-se correr o risco de o jornalista escrever conforme o seu sistema fonológico e não seguir fielmente a pronúncia de quem fala. Por isso, quando da análise de dados, não vamos analisar este aspecto.

Depois desta breve descrição, passamos agora ao capítulo de análise de empréstimos.

CAPÍTULO 4

Descrição dos empréstimos

Depois da descrição que fazemos dos jornais, quanto ao tamanho, o número de páginas, as línguas usadas e a matéria de informação, analisaremos a seguir os empréstimos do Português no Tétum em algumas frases que coletamos.

Serão transcritas frases desses jornais, colocadas numa tabela. Esses trechos são selecionados a partir da fala de pessoas com diferentes conhecimentos da língua, incluindo falantes que ocupam lugar de poder, mostrando como a linguagem é usada em diferentes contextos e por pessoas com conhecimentos diferentes da língua. As palavras em negrito são os empréstimos do Português usados no Tétum, e o sinal (*) marca a inadequação na escrita, ou seja, o uso inadequado dessas palavras em relação ao Tétum padronizado.

Sendo a língua portuguesa veículo de diferentes culturas em vários países que a adotaram como língua oficial, o fato é que houve diferentes formas na adoção de empréstimos: a escolha em termos lexicais, formação de novas palavras como o caso de hibridismo e a semanticidade que é dada a uma palavra que cada lugar adota de uma forma generalizada. Além da diferença na adoção de empréstimos em culturas diferentes, isso pode acontecer dentro de uma mesma comunidade, tendo em vista a diferença no nível de conhecimento da língua, nesse caso, o Português.

4.1 Levantamento de dados

Jornal/data/página	Trecho transcrito
1 Diário 22-5-2009/pág.1	PR entrega medalha* ba Forsa Internasionál nain 4
2. Diário/22-5-09/pág.7	Ekonomia la permite , labarik tenke servisu
3.STL/19-5-09/pág.5	Oinsá reasaun hosi paíz viziñu , hanesan Austrália ba SERN (Secretaria Estado Recursos Naturais) nia planu ?
4.STL/19-5-09/pág.5	Strategia* saida mak ita boot iha hodi prevene povu sira labele foti no ke'e raihenek no fatuk, tanba ne'e bele afeta ba iha moris?
5. Dili Weekly/ 23-29- Jan.09/4	Orsamentu ida ke privilejia implementasaun polítika desenvolvimentu rejionál hodi hamenus moris kiak iha áreas rurais * ...
6. Dili Weekly/ 23-29- Jan.09/pág.4	Tempu ohin lora nian, marka ho akontesimentus* internasionais* ne'ebé halo ita laran susar tebes, hosi pontu-de-vista ekonómiku no finanseiru .
7.STL (/16-11-09/pág11)	Nu'udar ema timoroan ita tenke esforsa -an atu estuda lian Portugés.
8. STL (16-11-09, pág.11)	Karik Governu no MEC aseita , ami sei implementa programa ne'e iha tinan 2010.
9. Tempo Semanal (16-11- 2009)	Lider tenke hadook-an husi política "adu domba"
10.Tempo Semanal (16- 11-2009)	Ida ne'e akontese karik tanba maturidade polítiku ladún iha

Com essas frases apresentadas, vamos fazer uma breve descrição sobre este *corpus*: O exemplo nº 1 descreve uma das atividades que o

Governo ou o Presidente costuma fazer nos dias importantes; o nº 2, descreve uma situação do cotidiano dando o seu parecer; as frases 3 e 4 são retiradas de uma entrevista feita pelo jornalista ao Secretário de Estado para Recursos Naturais tratando-se especificamente do recurso petrolífero e gás natural; o número 5 e 6 são algumas frases do discurso do Primeiro Ministro na apresentação da proposta de lei sobre o Orçamento Geral do Estado para o ano 2009, ao Parlamento Nacional; o 7 e 8 são palavras referentes a uma entrevista feita ao Diretor Nacional da Linguística que consiste no planejamento linguístico no sentido de traduzir algumas disciplinas de outras línguas como o Português ou Indonésio para o Tétum.

Esses quatro últimos exemplos referem-se a questões técnicas e políticas e, por isso, apresentam maior número de empréstimos do que os próprios vocábulos do Tétum, e, ainda os números 5 e 6 levam em conta o público alvo, sendo os deputados do Parlamento Nacional, familiarizados com essa linguagem, embora o assunto mereça também o (re)conhecimento por todo o povo timorense.

A presença desses trechos mostra como os empréstimos são utilizados em diferentes contextos e a necessidade de introduzi-los enquanto o próprio léxico do Tétum não tem condições de descrever a situação. Alguns deles são inclusive substituídos por Português mesmo em condições desnecessárias. Esses empréstimos obedecem, em parte, à morfossintaxe da língua Tétum. Esse aspecto vai ser considerado depois da apresentação da glosa que se segue:

Glosa

1.

PR (Pres. Rep.)	entrega	medalha	ba	forsa	internasionál	nain haat
PR	entrega	medalha	para	força	internacional	quatro pessoas
1. O Presidente da República entrega medalha para quatro pessoas da Força Internacional						

2.

Ekonomía	la	permite	labarik	tenke	servisu
Economia	não	permite	criança	tem que	trabalhar
2. Economia não favorece, crianças têm que trabalhar					

3.

Oinsá	reasaun	hosi	paiz	viziñu	hanesan
Como	reação	do	país	vizinho	como
Austrália	ba	SERN	nia	planu?	
Austrália	ao	SERN	seu	plano?	
3. Como será a reação de países vizinhos como, por exemplo, Austrália quanto ao plano da SERN (Secretaria Estado Recursos Naturais)?					

4.

Stratéjia	saída	mak	ita boot	iha	hodi	prevene	povu
Estratégia	qual	é que	você	ter	para	prevenir	povo
Sira	labele	foti	no	kee	raihenek	no	fatuk
eles	não poder	pegar	e	cavar	areia	e	pedras

Tanba porque	ne'e isso	bele poder	afeta afetar	ba a	iha em	moris vida	
4. Qual é a estratégia que você/V. excelência tem para evitar o povo em buscar pedras e cavar areia porque isso pode afetar a vida? (no caso de desmoronamento da ponte).							

5.

Orsament o* orçamento	ida um	ke que	privilejia privilegiar	implementasaun implementação	polítika política	Dezenvolvimen * desenvolvimento
rejonál regional	hodi para	ham enu s reduzir	moris kiak viver pobre	iha em	áreas* áreas	rurais* rurais
5. Um orçamento que privilegie a implementação da política de desenvolvimento regional para reduzir a pobreza nas áreas rurais.						

6.

Tempo Tempo	ohin loron nian hoje de	marka marca	ho com	akontesiment os acontecimentos	internasionais internacionais	ne'ebé que	halo fazer
---------------------------	--	---------------------------	----------------------	--	---	--------------------------	--------------------------

Ita	laran susar	tebes	hosi	pontu-de- vista	ekonómiku	no	finan seiru
nós	triste	muito	de	ponto de vista	económico	e	financ eiro

6. O tempo de hoje é marcado com acontecimentos internacionais que nos fazem entristecer do ponto de vista econômico e financeiro.

7.

nu'udar	ema	timoroan	ita	tenke
como	gente	filho timor	nós	ter que
esforsa -an	atu	estuda	lian	Portugés
esforçar-se	para	estudar	língua	Português

7. Como timorense nós temos que nos esforçar para aprender a língua portuguesa

8.

Karik	Governu	no	MEK	aseita	ami
Se	governo	e	MEC	aceitar	nós
sei	implementa	Programa	ne'e	iha	tinan 2010
-	implementar	programa	este	em	ano 2010

8. Se o Governo e o MEC aceitarem nós vamos implementar esse programa em 2010

9.

líder	tenke	hadoo-na	husi	polítika	“adu domba”
líder	tem que	afastar-se	da	política	“jogar cordeiro”
líder tem que se afastar da política de induzir “disputa”					

10.

lda ne’e	akontese	karik	tanba	maturidade polítiku	ladún	diak
Isso	acontecer	talvez	porque	maturidade política	menos	bom
Talvez isso aconteça porque não há maturidade política						

As glosas nos permitem verificar o significado literal de cada morfema na língua, pois, aparecem muitos empréstimos do Português nos textos em Tétum. Os trechos coletados mostram que não há nenhuma frase em que não ocorra empréstimo. Podemos pegar diferentes jornais, de edições variadas e não encontramos uma única página dos textos em Tétum sem a “contaminação” do Português. Embora haja pessoas hoje em Timor-Leste, principalmente nos centros urbanos, que nunca frequentaram um curso de língua portuguesa, sua linguagem não se afasta muito de uma pessoa que conheça essa língua.

Os trechos coletados são de pessoas escolarizadas em língua portuguesa como, por exemplo, nos trechos números 5, 6, 7 e 8. As primeiras são de pessoas escolarizadas em língua indonésia, neste caso os jornalistas.

A seguir analisamos brevemente esses dados segundo o seu aspecto ortográfico, morfossintático e semântico.

4.1.1 O Aspecto ortográfico

Conforme foi estabelecido no padrão ortográfico para o Tétum, as representações gráficas refletem os variados sons do Tétum como também os

sons dos empréstimos do Português. Assim, esses empréstimos devem ser escritos conforme a ortografia padronizada já que eles fazem parte do léxico Tétum.

Nos textos transcritos aparecem algumas falhas na escrita (marcadas por *) como, por exemplo, a palavra *medalha*, que seria escrita com *//* (*medalla*), o acento agudo nas últimas sílabas das palavras *lokal* (*lokál*) e *internasional* (*internasionál*) e as palavras como *orsamento* e *desenvolvimento*, terminadas em *o* em vez de *u*. Porém, nota-se em geral uma escrita segundo a norma ortográfica.

Achamos necessário descrever o uso dessas representações gráficas nos empréstimos que analisamos a seguir, conforme as convenções estabelecidas no padrão ortográfico:

- a) O uso de *//* para substituir o *lh* e o *ñ* para substituir o *nh* do Português que representam fonemas palatais derivados do Português como nas palavras *medalla* e *viziñu*;
- b) O uso do *s* para representar o /s/ intervocálico indígena, substituindo os *ss*, *c* antes de *e* e *i* e *ç* antes de *a*, *o*, e *u*. Temos exemplos como nas palavras *forsa*, *internasionál*, *servisu*, *reasaun*, *orsamentu*, *implementasaun*, *akontesimentu* e *finanseiru*;
- c) A substituição de *c* do Português para *k* para representar a oclusiva velar não vozeada na palavra *ekonomia*;
- d) O *u* no final da palavra como *povu*, *desenvolvimentu*, *orsamentu*, *ekonómiku*, *finanseiru*, em substituição do *o* do Português;
- e) A substituição do Português *-ão* por *-aun* como aparece na palavra *implementasaun* e *reasaun*;
- f) O uso do acento agudo nas palavras oxítonas e proparoxítonas como *internasionál*, *estratéjia*, *polítika*, *área*,

rejonál e *ekonómiku*. Esse uso se dá por conta da situação irregular, isto é quando a palavra não é paroxítona, caso comum no Tétum.

- g) O z para substituir o s entre vogais do Português como na palavra *dezenvolvimento*

4.1.2 O aspecto morfossintático

Primeiro temos que considerar que o Tétum Praça é uma língua que não tem flexão verbal e concordância adjetival. Com essa característica, os verbos são acompanhados obrigatoriamente de pronomes pessoais, advérbios de tempo e os conectores que marcam o tempo e o aspecto verbal (*karik-se*, *ona-já*, *sei-ainda*, etc); os adjetivos também só têm uma única forma (José é alto - José aas, Maria é alta - Maria aas) e para indicar número, é acrescentada a palavra *sira* depois do nome (os alunos – alunu sira) ou através de reduplicação. A ordem normal é do tipo SVO (sujeito, verbo, objeto).

Nos empréstimos do Português, os verbos só funcionam na 3ª pessoa do singular do modo indicativo, exceto em alguns casos; quanto aos adjetivos, o uso já depende do falante com mais ou menos conhecimento do Português. Nesse sentido podemos ver alguns exemplos nos dados:

a) Verbos

Nos dados encontramos os verbos: *entrega*, *permite*, *prevene*, *previlejia*, *marka*, *estuda*, *aseita*, *implementa* e *akontese*.

Reparamos que nas frases a seguir os verbos: *esforsa-an*, *estuda*, *aseita* e *implementa* ocorrem na 3ª pessoa do singular embora o sujeito esteja no plural.

- Ita tenke *esforsa-an* atu *estuda* – Nós temos que esforçar-nos para estudar a língua portuguesa - sujeito nós inclusivo⁸
- Karik Governu no MEK *aseita* (Se o Governo e o MEC aceitarem) – sujeito eles

⁸ Nas línguas timorenses existem o nós *inclusivo* (incluindo *você/tu*) e o nós *exclusivo* (excluindo *você/tu*)

- *Ami sei implementa* (nós vamos implementar) – sujeito nós exclusivo

Na maioria dos casos, o verbo ocorre na 3ª pessoa do singular. Diferentemente do TT, o TP está desprovido de inflexão verbal, por isso os verbos devem ser marcados obrigatoriamente com a presença de pronomes pessoais ou substantivos sujeitos assim como elementos marcadores de aspecto ou de tempo como *se, talvez, já, hoje, amanhã, ontem*, etc. No TT, conforme Hull e Eccles, os verbos flexionam-se por pessoa, marcados por prefixos caracterizados por verbos que começam por vogal ou **h**. Transcrevemos a seguir a conjugação do verbo *hetan* – encontrar:

Hetan – encontrar

Tétum Téric	Tétum Praça	Português
Há'u ketan	Ha'u hetan	Eu encontro
Ó metan	Ó hetan	Tu encontras
Nia netan	Nia hetan	Ele/ela encontra
Ita hetan	Ita hetan	Nós (incl.) encontramos
Ami hetan	Ami hetan	Nós (excl.) encontramos
Imi hetan	Imi hetan	Vós encontrais
Sira retan	Sira hetan	Eles/elas encontram

(Hull & Eccles, 2005, p.93).

A tabela acima mostra como o verbo pode se flexionar no Tétum Téric, enquanto no Tétum Praça essas formas verbais são invariáveis. Existe uma característica na pessoa *nós*, com uma forma inclusiva (*ita*) e outra exclusiva (*ami*). A flexão verbal como característica do Tétum Téric não existe no Tétum Praça.

b) Número:

Como acontece nas palavras *akontesimentus internacionais* e *áreas rurais*, temos o propósito de mostrar que em Tétum o plural forma-se com junção de *sira* depois da palavra ou através da reduplicação da palavra. Esse uso do plural que acabamos de citar é característico de pessoas que dominam o Português, mas que não é admitido na linguagem literária como ressaltam Hull e Eccles:

Esta característica, apesar de difundida no tétum coloquial influenciado pelo português, não é admitida na linguagem literária, que adota os substantivos singulares portugueses como formas básicas, sendo o plural indicado, quando necessário, pelo marcador *sira* (Hull e Eccles, 2005, p.14).

Assim, as expressões *akontesimentus internacionais* e *áreas rurais*, seriam escritas por *akontesimentu internasionál sira* e *área rural sira*.

Lembramos também o que Hull e Eccles se referem à linguagem acrolectal, que corresponde à variedade “alta” em que os falantes são fluentes em Português e assim transferem muitos vocábulos dessa língua para o Tétum ou outras línguas nativas, às vezes sem serem precisos. Por exemplo, a frase 5, “*orsamentu ida ke previlejia implementasaun polítika dezenvolvimentu rejionál hodi hamenus moris kiak iha áreas rurais*”, em que podemos notar algumas palavras que poderiam ser empregadas em suas formas nativas como, por exemplo, *ke* – *ne'ebé* ou *previlejia* – *hadí'ak*.

c) Palavras híbridas

Os exemplos nos quadros mostram também palavras híbridas como *hamenus* e *esforsa-an* que significam reduzir ou diminuir e esforçar-nos. Isso é explicado da seguinte maneira:

Hamenus é uma palavra híbrida de radical em Português *menos* e o prefixo em Tétum *ha* como verbo causativo para significar *reduzir, diminuir*.

O hibridismo é considerado por Silva e Koch (1983) não como um processo, mas é enquadrado entre os casos de justaposição, quando resulta

da junção de dois morfemas lexicais ou entre os de derivação quando é formado pela combinação de afixo e morfema lexical. De acordo com as mesmas autoras, uma das condições da derivação implica na possibilidade de o afixo, como forma mínima, estar à disposição dos falantes nativos, no sistema, para a formação de novos derivados, por sua vez o afixo auxilia o falante a formar ou aceitar determinadas palavras, rejeitando outras. Isso acontece com o Tétum pois nem todas as palavras aceitam afixos de outra língua. Na gramática do Tétum, conforme Geoffrey e Eccles (2005), o prefixo causativo *ha* cria novos verbos transitivos a partir de verbos intransitivos e adjetivais a partir de substantivos.

Essa formação de palavras, a nosso ver, é uma forma aglutinada, pois, o *ha* causativo é a redução da palavra *halo* que significa fazer, sendo este caso muito raro nos empréstimos. Além do exemplo *hamenus* que seria adjetival, de verbo intransitivo para transitivo, temos a palavra *hapara* (fazer parar), um exemplo do jornal STL na página 7 “hahú loron 1 de Maio 2009 atu hakotu/*hapara* operasaun antenna VSAT hirak ne’ebé ARCOM identifika ona”. Assim também temos a palavra *haforsa* (reforçar), no mesmo jornal na página 15 “Nia dehan mudansa ne’ebé mosu iha PNTL hanesan parte ida hodi *haforsa* jestaun fronteira”. É curioso porque na mesma notícia, no final, aparece a palavra *reforsa* para dizer a mesma coisa “tanba nee presiza *reforsa* para kontrola atividade ilegal iha fronteira”; o mesmo acontece com *hariku* (enriquecer), entre outras, que como dissemos, este caso de palavras híbridas com prefixo *ha*, são poucas, porém muito usadas. Nos jornais aparecem muito as expressões: *Hapara violência* (fazer parar a violência), *hamenus kiak* (reduzir a pobreza), escritas nas colunas das organizações de mulheres que falam contra a violência e defendem a promoção de igualdade de gênero. Ocorre assim um processo de transposição do Português para dentro do Tétum.

Voltando para a referência de Silva e Koch (1983), podemos notar como a inserção de uma forma gramatical, pode ser aceita ou rejeitada pela comunidade linguística, como neste caso, o prefixo causativo *ha* do Tétum para radicais em Português. Chamamos atenção ainda que este aspecto gramatical ainda não se generaliza nos inúmeros empréstimos do Português e uma das causas é que este processo de derivação híbrida, parece recente.

Na formação de palavras híbridas, listam-se também outras, com formação em justaposição, com sufixo *an* como no exemplo número 7 - *esforsa-an*.

Podemos encontrar outros exemplos desse tipo em vários empréstimos do Português, aos quais se juntam este sufixo: *sente-an* (sentir-se), *reflete-an* (refletir-se), *prepara-an* (preparar-se), etc. O outro sufixo é *malu* como: *ajuda malu* (ajudar um ao outro), *defende malu* (defender um ao outro), *perdua malu* (perdoar um ao outro), etc. A respeito desses pronomes, citamos o que dizem Hull e Eccles:

O equivalente do reflexo do tétum é *an* (de um antigo substantivo *aan* que significava “corpo”); o equivalente do recíproco entre si, um ao outro é *malu* (originariamente um substantivo que significava “companheiro/a”), (Hull & Eccles, 2005, p.39).

Segundo Ali Said na Gramática Secundária e Gramática Histórica, o pronome reflexivo é o pronome oblíquo que se refere ao próprio sujeito do verbo, e o recíproco, costuma-se acrescentar às expressões *um ao outro*, *uns aos outros* como se traduziria no Tétum por *malu* e o reflexo *se* por *an*.

d) Palavras com influência do Inglês

Existem palavras estrangeiras, que podem aparecer de forma original ou já modificada quando introduzidas na língua Tétum. A palavra *estratégia* que aparece no exemplo número 4, embora exista no Português, achamos que foi assimilada a partir do Inglês via Malaio (*strategy* – *strategi*). São geralmente pessoas escolarizadas na educação indonésia, que, tendo adotado várias palavras estrangeiras, modificam morfologicamente algumas palavras através de um processo de formação de palavras comum em Português, como por exemplo, *enviroment* – *envairomentu*, *manegement* – *manejamentu*, *interest* – *interestu*, *stress* – *estres*, *agreement* – *agrimentu*, *commitment* – *komitmentu*. Isso acontece também no Português, quando uma palavra é adotada de uma língua estrangeira no caso de consoantes desacompanhadas nas iniciais ou finais das palavras e que devem ser adaptadas graficamente como *wisky* – *uíisque* e *stress* – *estresse* (Carvalho, 2009). As palavras como *envairomentu*, *manejamentu*, *stres*, em Timor-Leste, podem ser consideradas inovadoras uma

vez que estão generalizadas na fala. Coseriu (1979) afirma que, linguisticamente, costuma-se comprovar a inovação quando já foi adotada por vários indivíduos e se tornou mudança.

Como acontece geralmente com o Malaio indonésio, as palavras adotadas do Inglês com sufixo *-tion*, *-sion* ou *-ce*, que no Português seria *-ção*, *-são* ou *-cia*, são traduzidas para *-si*. A partir desses sufixos os falantes traduzem para o Tétum com o sufixo do Português, como mostram as palavras seguintes:

Inglês	Malaio	Português	Tétum
<i>integration</i>	<i>integrasi</i>	<i>integração</i>	<i>integrasaun</i>
<i>information</i>	<i>informasi</i>	<i>informação</i>	<i>informasaun</i>
<i>dimension</i>	<i>dimensi</i>	<i>dimensão</i>	<i>dimensaun</i>
<i>investigation</i>	<i>investigasi</i>	<i>investigação</i>	<i>investigasaun</i>
<i>interference</i>	<i>interferensi</i>	<i>interferência</i>	<i>interferensia</i>
<i>conference</i>	<i>conferensi</i>	<i>conferência</i>	<i>conferénsia</i>

Dessa forma, os falantes fazem uma tradução para o Tétum acrescentando o sufixo *-saun* ou *-sia* às palavras adotadas através do sufixo português, às vezes sem se preocuparem com a letra inicial como acontece com a palavra *stratéjia*. Assim como nas palavras que terminam em *t* como *envairoment*, *commitment* ou *interest*, acrescentam-lhe *u* ficando *envairomentu*, *komitmentu* e *interestu*, ou mantêm a palavra como, por exemplo, *statment*, *status* ou *start* que são mais usadas.

e) Junção de palavras

Existem expressões que em Tétum se formam uma só palavra, ou seja se aglutinam. Como acontece na palavra *tenke* no exemplo número 2- *labarik **tenke** servisu*, é a junção do verbo auxiliar *ter* mais *que* para indicar uma necessidade ou obrigatoriedade. Essa aglutinação corresponde ao *deve* ou *must* em Inglês, mas o *deve* nunca entrou como empréstimo no Tétum, assim como o verbo *ter*.

Essa junção de palavras ocorre também nas preposições mais usadas no Tétum *como aleinde, apezarde, envezde*, como mostramos nos exemplos seguintes:

Tétum	Português
<i>alende</i> servisu, ha'u estuda	além de trabalhar, eu estudo
<i>apezarde</i> moras nia ba hanorin	apesar de doente, ele/a vai ensinar
<i>envezde</i> hamanasa, nia tanis	em vez de rir, ela chora

Como dizem os Gramáticos, “as preposições do Português não têm relação com os verbos Tétum. Quaisquer origens verbais que nelas se descubra partencem à história da língua portuguesa” (Hull & Eccles, 2005, p.160).

4.1.3 O aspecto semântico

A diferença quanto à forma de adoção de empréstimos, aparece também no aspecto semântico. Quando uma palavra é emprestada de outra língua pode perder seu sentido original ou pode mudar de seu gênero gramatical. No caso do Tétum, a palavra *servisu* contextualizada na frase 2, que no Português seria um substantivo, funciona no Tétum como verbo que significa *trabalhar*.

Tétum	Português
- ema tenke servisu	as pessoas têm que trabalhar
- nia servisu diak	ele/a trabalha bem
- labarik sira labele servisu	crianças não podem trabalhar

Essa palavra pode também ocorrer como substantivo quando é antecedido, por exemplo, do verbo *ter, encontrar* ou *perder*:

Tétum	Português
Ó iha servisu	tu tens trabalho/emprego
Sira hetan servisu iha sidade	eles encontram trabalho/emprego na cidade

ou quando se junta a palavra *fatín, todan* ou *diak* depois da palavra:

Tétum	Português
servisu fatin	lugar de trabalho
servisu todan	trabalho pesado
servisu diak	bom emprego

O que ocorre com a palavra *servisu*, ocorre também com as palavras *eskola* e *misa*, que podem funcionar como verbo ou substantivo. *Eskola*, nesse caso significa estudar ou frequentar e *misa* significa ao mesmo tempo assistir ou frequentar. Veremos os seguintes exemplos:

Como verbo:

Tetum:	José	<i>eskola</i>	iha	USP
Português:	José	<i>estudar/ frequentar</i>	na	USP/

Tétum:	sira	ba	<i>eskola</i>	iha	rai liur
Português	eles	ir	<i>estudar</i>	no	exterior

Tét.	Ema	<i>misa</i>	kalan
Port.	as pessoas	rezar missa	noite

Como substantivo:

Tét.	nia	haree	João	iha	eskola
Port.	ele	ver	João	na	escola

Tét.	Maria	nia	eskola	besik
Port.	Maria	de	escola	perto

Tét.	Ami	ba	misa
Port.	nós	ir	missa

Em alguns casos, a palavra pode tomar o sentido contrário ao original. Segundo Carvalho (2009),

Algumas vezes esta mudança semântica é causada pelo que se costuma denominar *deceptive cognates*. A semelhança de forma leva o falante a tomá-lo num sentido novo, diverso ou mesmo inverso ao sentido original: *to realize* (imaginar) é traduzido como realizar, *to introduce* (apresentar) como introduzir (Carvalho, 2009, p.65).

Esse fenômeno pode ser observado também no Tétum, como a palavra *empresta* que traduz não o ato de quem pratica a ação de emprestar, mas, de quem pede emprestado; muitas vezes ocorre também com a palavra *sim* em resposta a uma pergunta negativa. Por exemplo, se uma pessoa perguntar: “você não recebeu minha mensagem?” Se não recebeu, a resposta seria *sim* para afirmar a pergunta; o mesmo acontece com a palavra *dosi* (doce em Português) que designa bolo, pastel ou salgado associado àquilo que se come no lanche.

No caso de adjetivos, por exemplo, existe a palavra *bonito/a* usada só para pessoas para descrever seu aspecto físico:

- Feto oan nee *bonita* – esta menina é *bonita*
- Mane nee *bonito* - este homem é *bonito*

É estranho empregar este adjetivo para animais como, por exemplo, cachorros, passarinhos, etc, assim também outros objetos, casas, lugares, gestos, etc. Como acompanhamos a fala no Português brasileiro, é frequente dizer:

- Este cachorrinho é bonitinho, este lugar é bonito
- (na feira, indicando para uma verdura) esta é bonitinha
- (gesto de uma criança) que bonitinho!

No Tétum isso não se costuma dizer, e, outro caso que se usa em Tétum é:

- Uma nee *jeitu*! (esta casa é linda!)
- Nia sapatu nee jeitu (os sapatos dele/a são bonitos)

A expressão *jeitu* que em Tétum seria *furak, kapás*, significa *linda* ou *bonita* que em Português nunca seria *esta casa é jeitosa*.

Dessa forma os vocábulos adotados por outra língua podem tomar significados diferentes e podem ser restritos ou ampliados.

4.1.4 Emprego de vocábulos do Malaio

Como vimos anteriormente, o Tétum padrão só aceita empréstimos portugueses conforme os princípios do INL. Dessa forma podemos ver no exemplo número 9 “líder tenke hadook-an hosi política *adu domba*”, que a expressão em Indonésio (*adu domba*) é escrita entre aspas para mostrá-la como sendo estrangeira. Essas expressões em Malaio raramente se encontram nos textos jornalísticos, e, numa situação em que as pessoas precisam recorrer a esses termos como mais apropriados ou mais conhecidos, escrevem-nos entre aspas. Aparecem no mesmo jornal (Tempo Semanal) e na mesma edição, outras expressões em Indonésio e todas elas escritas entre aspas, como por exemplo: *pelaku* – autor (de crime), *bebas murni* – totalmente livre, *mutlak tanpa diganggu gugat oleh siapapun* – sem qualquer tipo de questionamento por parte nenhuma.

Essas expressões que aparecem no mesmo texto, em uma entrevista a uma viúva a respeito da decisão do tribunal com relação aos crimes cometidos durante a crise militar em 2006 em Timor-Leste, esta entrevistada usa uma linguagem predominante em língua indonésia. Por isso a transcrição deve corresponder à fala, no entanto obedecendo à norma escrita, nesse caso, usando aspas ou o itálico. Notamos que na oralidade a pessoa não deve ser obrigada a normas referentes à utilização dos empréstimos, mas sim, para a escrita. O que difere é a fala do/a entrevistado/a e a descrição ou o comentário do jornalista.

4.1.5 Algumas inadequações

Relativamente ao uso de empréstimos nos textos em Tétum, observamos algumas inadequações no que respeita a substantivos e adjetivos. Em vários textos aparecem expressões em Português sem concordância adjetival como, por exemplo, na página 10 do Tempo Semanal:

- *maturidade polítiku* – maturidade política
- *konsulta públiku* - consulta pública
- *kompetisaun fíziku* – competição física
- *últimu versaun*, – última versão
- etc.

No mesmo jornal, aparecem outras palavras como:

- *lideransa sira* – os líderes
- *juventude sira* – os jovens

Note-se que no primeiro fenómeno, há discordância no uso do adjetivo qualificativo. Todos os nomes (substantivos) estão no feminino (maturidade, consulta, competição, versão), por isso, os adjetivos teriam que concordar com os nomes. Porém, como é já do nosso conhecimento, o Tétum, além de não possuir flexão verbal, também não tem flexão em gênero, e, isso interfere no emprego de empréstimos para quem não tenha conhecimentos dessas regras gramaticais. Alguns aprendentes de Português confundem esta concordância no caso de nomes concretos ou abstratos com terminação em *o* ou *ção* que eles consideram todos esses, masculinos, sendo femininos vocábulos que terminam em *a*. A respeito do uso de adjetivos portugueses, Hull e Eccles afirmam:

Na linguagem falada de pessoas letradas que têm conhecimento do Português, os adjetivos dessa língua podem mudar de modo a refletir o gênero gramatical original do substantivo derivado do Português. Tal envolve a alteração das letras finais –u e –és para –a e –eza, respectivamente, de modo a reflectir o gênero feminino (Hull & Eccles, 2005, p. 156)

Isso é diferente do emprego dos verbos somente na 3ª pessoa do singular que constitui já um uso coletivo generalizado. Enquanto o fenômeno da não uniformização do emprego de adjetivos constitui um conhecimento ou não, da regra gramatical do Português por parte dos falantes, o que neste momento ainda é difícil chegar a um uso uniformizado.

O mesmo acontece com as palavras *lideransa sira* e *juventude sira*, em que também ocorre uma inadequação. Esses são substantivos abstratos empregados em vez de adjetivos *líder sira* (os líderes) e *jovem sira* (os jovens).

Esses dados todos servem para demonstrar que os empréstimos de outra língua podem manter suas categorias gramaticais, assim como podem mudar dependendo de a generalização ser acolhida coletivamente ou não. Cabe depois aos linguistas definir suas regras na norma estabelecida na língua receptora, nesse caso, o Tétum.

Depois dessas poucas observações, vamos passar para o último capítulo, pretendendo dar nosso parecer a respeito do que falam alguns autores referenciados no nosso trabalho e apresentar nossas considerações finais.

CAPÍTULO 5

A Universidade: um lugar de onde se pode argumentar sobre a língua

5.1 O que dizem os autores

Em nosso trabalho, além de tomar textos acadêmicos como nosso embasamento teórico, vamos construir alguns questionamentos sobre os mesmos, já que a universidade é lugar de argumentar. Para isso citamos alguns trechos, como apresentamos a seguir:

1. (...) para além das influências do tétum sobre o crioulo português de Bidau (...), houve uma influência significativa do crioulo na evolução do tétum praça, língua franca de Timor Oriental (Esperança, 2001, p.21)
2. Há então uma língua forte, porque predominante na sociedade. Ela acaba, em regra, por definitivamente impor-se e abolir a sua rival (Câmara, 1980, p.272).
3. A língua comum tende a sufocar as línguas locais. Expande-se por toda parte o seu vocabulário, processando-se em cada falar substituições em massa de carácter fonológico e finalmente morfológico. As línguas locais deixam de o ser, a rigor; tornam-se uma imitação local imperfeita da língua comum e se desvanecem completamente afinal (Câmara, 1980, p.280).
4. O uso paralelo do português e do tétum praticamente pelos mesmos falantes, como dois níveis diferentes de linguagem, facilitou a contaminação do tétum não só pelo vocabulário como também pelos padrões da sintaxe e estrutura frásica do português (Thomaz, 2002, p 104)
5. Deve ser dada prioridade ao uso do Tétum oficial e do Português na iconografia e sinalização públicas (dec. Gov. nº 1 2004).
6. O segundo princípio da INL é de que as efêmeras estruturas e palavras importadas do malaio indonésio, actualmente encontradas na linguagem coloquial da geração educada nas escolas indonésias, deverão ser excluídas da linguagem literária padronizada, dando-se preferência aos termos tétum genuínos de origem indígena ou portuguesa (Hull & Eccles, 2005).

Tomando um trecho de Esperança (2001), como se apresenta no número 1 nesta lista, alguns trechos de Câmara, como se apresentam nos números 2 e 3, já podemos verificar um ponto que, a nosso ver, merece atenção. Notamos que é uma constante no discurso acadêmico sobre

empréstimos linguísticos uma língua figurar como sujeito da mudança linguística.

O que chama a atenção, ao analisarmos isoladamente esses trechos, é que se trata a língua como se ela tivesse existência própria, originando uma força para influenciar outra ou, ainda, deixar-se influenciar. Como observamos na história do Timor, a influência de uma língua em outra se deve a uma situação de imposição, direta, ou indireta. No exemplo número 1, podemos ver uma referência ao uso de linguagens heterogêneas em Dili. Entendemos que esse novo léxico se constituiu a partir de uma nova situação em que as pessoas viram-se obrigadas a encarar novo sistema linguístico. Tanto para a população local (Dili), quanto para os falantes vindos do interior, cada um falava a sua língua. Estabelecendo a comunicação a partir de uma situação diferente, as palavras se cruzaram formando novos vocábulos e nova estrutura frásica. Desse modo, essas novas palavras foram se generalizando, e tornaram-se parte da linguagem cotidiana e se formou uma outra variedade da língua.

No exemplo número 2 de Câmara, o autor atribui força e rivalidade à própria língua. Ainda no número 3, o mesmo autor escreve que a língua “mais forte” sufoca as outras, e, as línguas locais que são “mais fracas”, deixam-se desvanecer.

Quanto ao exemplo número 1, queremos dizer que a língua é abstrata e só se concretiza na e pela fala, por isso, ela ganha força através de seus falantes como sujeitos, e está dependente de uma situação. O mesmo é dizer que essa língua é poderosa, ou prestigiosa. Dir-se-á que essa força ou prestígio estão associados à classe social mais favorecida ou à região mais prestigiada como a capital, por exemplo. Também o maior número de falantes pode ser um dos fatores, como acontece com a língua Tétum no Timor-Leste cujo maior número de falantes foi um dos critérios para a escolha dessa língua como oficial.

Percebemos que a língua não é o próprio sujeito que se impõe à comunidade. Isso explica que o que tem influência não é a língua em si, mas a prática linguística de determinada comunidade que está sujeita a uma imposição ou a uma situação como fato histórico ou cultural. Se os portugueses não tivessem entrado em Timor, estabelecesse a capital em Dili e não tivessem

vindo do interior, falantes de determinadas línguas, a situação linguística seria outra. Seria então um artefato linguístico no dizer de Rossi Landi. Mas, neste caso, diríamos que houve uma assimilação, ou seja, esses falares se cruzaram de uma forma mais branda praticada socialmente.

Referente à atribuição da “força” da língua como sujeito, podemos assemelhar a língua a uma lei. Essa lei é feita pelo homem e o próprio homem se submete a ela. A força é dada a essa lei como se fosse o sujeito de uma ação e o próprio sujeito fica sendo anônimo e assujeitado a ela.

Nota-se que também no exemplo número 4, o autor utiliza a palavra “contaminação” de uma língua pela outra sem mencionar as instâncias de poder. E assim, como os outros autores falam, entende-se que uma língua influencia ou contamina a outra, não no sentido de que essa influência ou contaminação seja provocada pelos sujeitos falantes e não se refere à situação como fator que dá força a essa mudança.

Como está visto no corpo deste trabalho, não se trata de uma mudança linguística dentro da sua natureza, mas sim, uma mudança provocada por fatores externos. Dessa forma, a mudança linguística nesse sentido sofre influência do poder. Embora a nossa análise se limite apenas à situação da língua Tétum a partir de uma política linguística dentro do período pós-independência (a partir de 2002), Thomaz fala de um estado de língua dentro da presença colonial, onde a língua portuguesa também era imposta bem como aconteceu com a língua indonésia.

A respeito da “contaminação”, depreendemos que se trata de uma “infecção” que não é bem aceita linguisticamente e isso ocorre em dois sentidos: contaminação do Tétum e do Português. O empréstimo do Português no Tétum, por outras razões, é acolhido e necessário para preencher as lacunas; por outro lado, alguns empréstimos podem eliminar algumas características da língua nativa. Essa última possibilidade contradiz o artigo 4º do decreto que prevê a preservação de línguas nacionais, em consonância ao que Hull e Eccles afirmam sobre a posição do INL em recorrer aos termos genuínos de origem indígena; no outro caso, se for um “português” falado por um timorense, isso sempre ocorre uma vez que o falante não domine a língua portuguesa. Não podemos supor que contamine a língua portuguesa, mas sim, o idioleto do próprio falante. Mas, esse idioleto, existe em cada um, sendo que

as situações são diferentes para um influenciar o outro, isto é, quando o interlocutor ou o ouvinte não tem condições na inovação de seu idioleto, em termos de adoção de empréstimos. Thomaz (2002) refere-se ao falante que não emprega devidamente termos portugueses no Tétum, e, esse uso interfere na língua portuguesa quando a usa, porém, para uma pessoa que já tenha conhecimento dessa língua (o Português), sabe distinguir a forma adequada no uso das respectivas línguas. No que diz respeito à substituição de termos da língua nativa (Tétum) por termos portugueses ou indonésios, parece-nos uma questão que merece atenção.

Um falante ao adotar empréstimos, no primeiro momento, resiste a esses novos termos porque o seu sistema fonético cria dificuldades em adotá-los, e, à medida que ele vai se habituando ou adquirindo o conhecimento da língua ou o conhecimento da ciência, vai se aproximando da língua padrão. Nesse momento, a pessoa resiste a esta “contaminação”.

A consideração que faz Thomaz em relação à contaminação, que entendemos de rejeição aos empréstimos, parece não estar de acordo com os princípios do INL que pretende recorrer aos empréstimos portugueses na linguagem literária do Tétum. Essa posição de Thomaz, no nosso parecer, é no sentido de o falante adotar expressões sem necessidade enquanto a língua pode dispô-las. Entretanto, ele tem a mesma visão de Hull e Eccles ao se referir à perda das características do Tétum.

O que vimos até aqui sobre a mudança da língua Tétum, consideramos uma imposição mais ou menos indireta em que o falante usa uma linguagem comum de longa data, não dando conta de que se encontra numa situação imposta pelo poder. Por outro lado, existe uma imposição direta em que os lugares de poder estabelecem uma norma linguística à comunidade como acontece com as línguas oficiais até hoje. Nesse sentido, consideramos que a língua ganha uma “força” dominante, força essa que é a imposição do poder, imposta aos cidadãos para ser praticada principalmente nos espaços oficiais. Como aconteceu com o Português e Malaio nos períodos de sua dominação, o ensino devia ser ministrado nessa língua. No tempo colonial, apesar de as escolas terem sido abertas muito depois da entrada dos portugueses no século XVI, a língua portuguesa é que era ensinada nas escolas. Havia escola ministrada em língua chinesa, mas era restrita só para essa comunidade. O

que acontece com a língua indonésia, é que sua assimilação foi muito drástica devido a vários fatores como já vimos anteriormente.

Hoje, embora haja uma tolerância quanto ao uso das línguas oficiais e línguas de trabalho, existem nelas traços de imposição como podemos ver nos trechos 5 e 6 supra. Nessa situação podemos observar uma imposição direta no uso de uma determinada língua. De certa forma, segundo a nossa opinião, o estabelecimento de uma lei como a citada no exemplo número 5, é pertinente, pois, nenhum país faria o contrário, como também sobre o padrão ortográfico. Nosso propósito é mostrar como uma imposição é considerada direta ou indireta o que resulta a mudança de uma dada língua.

No número 6, vemos uma discriminação na adoção de termos da língua indonésia e da língua portuguesa. Se se trata de “efêmeras estruturas” e “linguagem coloquial”, o mesmo deveria ser aplicado aos empréstimos do Português. Como é normal, esta exigência ocorre só na escrita, porém, nos dados, aparece um uso inadequado e excessivo de expressões portuguesas sendo que muitas delas existem no Tétum.

Ainda que os dados mostrem diferença na redação em diferentes jornais, verificamos nos textos em Tétum que não são muito visíveis termos em Indonésio (porque os jornais têm uma parte em língua indonésia) e um maior número de termos em Português. O que acontece também é que em alguns jornais, o uso de empréstimos se afasta muito do padrão em termos lexicais e ortográficos. Vimos, portanto, uma aplicação no uso, que nesse caso seria o uso de empréstimos portugueses, mas, não o rigor na escrita. Essa ocorrência irá eliminar aos poucos as expressões da língua nativa e ao mesmo tempo generalizar um uso inadequado em termos lexicais do Português como, por exemplo, a não concordância nominal.

A seguir observemos, por exemplo, alguns autores que fazem uma distinção das variedades linguísticas:

Hull & Eccles (2005) consideram três variedades no Tétum: variedade alta, designada “acrolectal” falada por pessoas fluentes em Português; variedade intermédia chamada de “mesolectal” usada pelas pessoas instruídas não fluentes em Português; e, a variedade “baixa” nomeada de “basilectal” usada por pessoas iletradas.

Segundo nossa visão, esse uso é devido ao conhecimento ou não da língua portuguesa, de modo que classificá-lo como variedade “alta” e “baixa” nos parece um pouco preconceituoso. Considerando que a variedade “mesolectal” é também falada por pessoas que possuem mais conhecimento do Malaio e do Inglês sem passar por uma aprendizagem avançada do Português, é a mesma coisa que considerar a não fluência em outras línguas como variedade baixa pelos falantes da variedade “acrolectal” do Tétum, pelo fato de as línguas serem universalmente iguais. Quanto à variedade “baixa” que é classificada como uma variedade falada por pessoas iletradas, diríamos que um dos fenômenos é a questão fonológica, devido às variedades dialetais que dificultam o falante em se inserir em outro sistema que necessita de adaptações como uma criança que aprende a falar ou a ler. A mudança fonética pode ser comparada com as línguas românicas que, embora sejam todas originárias do Latim, cada uma possui o seu sistema fônico e morfológico e não nos parece que uma delas seja mais baixa em relação à outra.

Ainda Vogt (1980) analisa o ponto de vista de Stalin, um dirigente político, na sua entrevista em que ele considera os dialetos como formas inferiores da língua e afirma também que esta, a língua, uma vez estabilizada com o léxico e a gramática, os pontos de identidade nacional para todas as variações, se repete e harmoniza a voz do povo no comportamento padrão ditado pela norma. Segundo o ponto de vista desse autor, essa norma está situada ideologicamente, pois, sob o disfarce da propriedade abstrata e comum desse objeto abstrato que é a língua, por parte desse objeto também abstrato que é o povo, escondem-se as relações efetivas de dominação política e social de uma classe sobre a outra. Conforme Pêcheux:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar interpelação, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade (...). Esta reprodução contínua das relações de classe é assegurada materialmente pela existência de realidades complexas designadas por Althusser como “aparelhos ideológicos do Estado”, e que se

caracterizam pelo fato de colocarem em jogo práticas associadas a lugares ou a relações de lugares que remetem às relações de classes sem, no entanto, decalcá-las exatamente (Gadet & Hak, 1993, p. 165).

A nosso ver, dizer que o léxico e a gramática são pontos de identidade nacional, em relação aos dialetos considerados como formas inferiores, não se justifica. Na verdade, o objetivo é chegar a uma linguagem uniformizada segundo a norma padrão para que seja consistente e usada por toda uma comunidade dentro de um país, pois qualquer dialeto possui suas peculiaridades. O motivo de ser considerado inferior, como já foi visto, é que a língua não é sujeito, mas sim, objeto praticado por seres humanos como sujeitos. E essa caracterização de uma língua como sendo da variedade alta ou baixa é algo que o consideramos preconceituoso, pois, essa nomeação se dá de acordo com a classe social do sujeito falante.

5.2 Considerações Finais

Nesta última parte faremos algumas observações sobre a mudança linguística do Tétum. Tentaremos responder à questão por nós proposta sobre a adoção de empréstimos nessa língua, a preservação da mesma segundo as políticas linguísticas do Timor-Leste e as medidas tomadas pelas instâncias de poder, respectivamente, o Governo de Timor-Leste e a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e. Antes disso procuramos elaborar sucintamente algumas conclusões a respeito da história da língua Tétum segundo as hipóteses colocadas pelos autores nos quais nos baseamos e também algumas das nossas observações.

Sobre a mudança da língua Tétum Praça, foco do nosso trabalho, fizemos um estudo a partir da sua difusão na capital de Timor-Leste até que essa língua recebesse o estatuto de língua oficial desse país. Tendo em conta o acervo lexical do TP, neste caso os vocábulos adotados de outras línguas, antes oficiais, e por ter perdido algumas das características da língua originária, buscamos seu histórico baseando-nos nas hipóteses colocadas por alguns dos autores que tratam das línguas timorenses. Segundo Thomaz, o Tétum, sendo uma língua austronésica, já era falada por um povo (Belo), e se expandiu em várias zonas em que os *Belos* dominavam. Assim esses povos dominados se sujeitavam a essa língua, de maneira que facilitou a sua expansão em grande parte de Timor-Leste.

A partir desse fenômeno, podemos constatar que, pelo fato de o Tétum ser veicular, era essa língua que os missionários usavam para pregar a doutrina cristã, traduzindo as orações do Português para essa língua, o que teve grande influência na sua difusão, visto que a presença missionária era muito significativa na propagação da religião e do ensino. Isso contribuiu para difundir concomitantemente o Tétum e o Português. O Tétum como língua da religião ou como língua franca, só nas regiões extremas (Lospalos e Oekusi) não assumiu esse estatuto, pois, estas usavam as suas próprias línguas.

O Tétum Praça teve inicialmente seu núcleo em Dili quando a capital foi transferida de Lifau. Tendo se estabelecido a capital nessa zona, muitas pessoas vinham do interior e se concentraram nessa região por ser o centro comercial e administrativo. Conforme observamos, o Tétum já era difundido em

grande parte da região e por isso era mais falado, e, Dili (a capital) era uma zona onde se falava Mambae (Thomaz, 1981) assim como mostra o mapa linguístico, Dili está cercado de zonas de 'Mambae'. Conforme Esperança (2001, p.25), com o afluxo de gentes provenientes de diferentes filiações etno-linguísticas leva ao desenvolvimento do Tétum que se tornou língua materna da população. Baseado nos textos de Thomaz (1983) referente à vinda de moradores originários de Sika e Larantuka (Flores-Indonésia) que, segundo o mesmo autor, falariam o Crioulo, este teria alguma influência na língua Tétum. O fato de alguns estudiosos acharem que o TP é uma língua crioula ou pidginizada, Hajek (2006) rejeita esta hipótese.

Quanto ao léxico, neste caso a influência do Português, os empréstimos só vieram a se multiplicar quando foram abertas muitas escolas, e, assim, os falantes foram introduzindo os vocábulos do Português à medida que foram adquirindo mais conhecimento deste, como língua de instrução. O mesmo fenômeno ocorreu quando o Malaio indonésio entrou como língua oficial. Com o tempo, o Tétum que era falado como língua materna só em determinadas áreas, foi se expandindo e foi abrindo fronteiras até que hoje é falado em quase todo o território timorense. Por ter o maior número de falantes, foi definido como língua co-oficial em parceria com o Português, através de uma lei constitucional.

Como qualquer língua é dinâmica, o Tétum também não o deixa de ser, porém, neste trabalho falamos de uma mudança por motivos históricos, culturais e políticos, relacionada com a imposição do poder. Vimos no princípio que a língua Tétum evoluiu a partir de uma situação de imposição, isto é, quando foi estabelecido o centro administrativo e comercial do Timor-Leste que se transformou numa zona mais prestigiada, em termos sociais e econômicos, e assim tornou-se mais procurada, resultando daí uma situação linguística diferente. Mais tarde a imposição das línguas oficiais (Português e Malaio Indonésio) influenciou as línguas locais, principalmente o Tétum. Para o uso deste, por ser finalmente língua co-oficial do Português, as duas definidas na Constituição, o Governo, como órgão executivo, prevê uma lei que deve seguir as normas gerenciadas pelo INL da Universidade Nacional de Timor-Leste. Nesse momento já falamos de uma mudança linguística por meio de uma imposição direta do poder, tratando-se de uma gestão linguística e política que

Calvet (2007) chama de gestão *in vitro*. Para comprovarmos o efeito dessa imposição do poder, recorremos aos textos escritos em Tétum nos jornais que circulam no Timor-Leste. Esses textos refletem a linguagem cotidiana falada pelos timorenses.

A análise que fizemos a partir desses jornais, mostra o seguinte: As línguas usadas nos jornais são de duas a quatro: Tétum, Português, Malaio indonésio e Inglês. O número de línguas varia em cada um dos jornais, mas, a principal é o Tétum que é obrigatório por ser acessível a todos. O objetivo de analisar textos em Tétum, é para verificar o uso dos empréstimos do Português como um dos fatores na mudança linguística. Esse uso foi assumido pelo INL para a padronização do Tétum e reconhecido por meio de um decreto que consiste numa mudança direta com intervenção do poder. Identificamos três lugares que influenciam nessa mudança – Governo, Universidade e Mídia.

Conforme o nosso entendimento, essas duas primeiras instâncias (Governo e Universidade) têm o poder de impôr uma norma, e, a última que é a mídia, sujeitando-se a uma norma, tem a força de influenciar nessa mudança linguística. A fala na mídia influencia a fala dos outros, como também a mídia é lugar onde geralmente se expõe os discursos dos sujeitos do poder, já que existem somente ainda canais pertencentes ao Estado (só uma emissora da rádio pertence à igreja) e já que os outros programas são ainda muito restritos.

Quanto ao uso dos empréstimos portugueses, classificamo-lo em três categorias: uma básica constituída por vocábulos introduzidos em todos os idiomas de há muito tempo e que não são percebidos como empréstimos; a segunda - a média -, como uma forma usada por pessoas com conhecimento da língua portuguesa e que por isso adquirem mais vocábulos dessa língua; a terceira categoria já inclui termos técnicos e científicos, ligados a uma área de concentração e conhecimento científico. Dessa forma o uso varia de falante para falante. A respeito disso, também existem variedades fonéticas que dependem do conhecimento do Português, como também de variedades dialetais.

Nos dados coletados entre diferentes falantes e diferentes classes, verificamos uma predominância de empréstimos do Português, o que mostra a implementação da gestão linguística do INL na adoção de empréstimos. Esse uso varia de falante para falante conforme o seu nível de conhecimento da

língua portuguesa. Os que são fluentes em Português usam mais termos emprestados do que do próprio Tétum. Conforme a planificação linguística do INL, a gramática pedagógica do Tétum dá preferência à adoção de termos portugueses ou termos genuínos de origem indígena. Mas o que acontece é que para os timorenses em geral, é mais fácil adotar um empréstimo do que recorrer aos termos do TT pelo fato de estarem mais familiarizados com os empréstimos. Como se vê na fala dos políticos, além de usar termos técnicos que o Tétum não possui, continua a ser usada expressões portuguesas mesmo que existam expressões próprias no léxico. Esse fenômeno é um pouco ameaçador para a extinção da língua nacional. Como podemos ver nos títulos e subtítulos dos jornais, as palavras em Tétum quase não são visíveis e às vezes só aparecem como conectores nas frases. Notamos que os políticos, sendo sujeitos do poder, fazem o uso excessivo de empréstimos portugueses, o que em parte, vai contra a decisão política em preservar as línguas nacionais e principalmente o Tétum.

Quanto às variedades designadas por Hull e Eccles como *acrolectal*, *mesolectal* e *basilectal*, a primeira, mesmo que seja considerada “variedade alta”, o uso do plural nos empréstimos não é aceito na linguagem literária do Tétum. Na variedade *mesolectal*, usada pelos falantes escolarizados em língua indonésia com alguma fluência em Inglês e menos fluente em Português, adota uma certa fonologia do Indonésio na qual estão inseridos também termos do Inglês. Esse aspecto da fonologia, nesse sentido, está marcado na forma como está escrita a palavra.

Na adoção de termos portugueses, alguns são utilizados com uma nova acepção ou na formação de palavras híbridas. As palavras importadas podem manter ou tomar um ou mais significados; no caso de hibridismo, as palavras são compostas de base portuguesa com prefixo em Tétum (ex. *haforsa* - reforçar), e palavras de base tétum com sufixo português (ex. *halimardór* – brincalhão).

Ainda no aspecto morfológico são consideradas as palavras com influência inglesa via Malaio usadas por falantes escolarizados na educação indonésia. Nesse processo de derivação, junta-se à palavra o sufixo português como por exemplo: *strategy* - *strategi* – *stratejia* ou *estrategia*, *interference* – *interferensi* – *interferénsia*, *information* – *informasi* – *informasaun*, etc. Para

esses falantes, existe mais facilidade em adotar termos deste tipo do que palavras tipicamente portuguesas.

A mudança linguística acontece a partir da fala de diferentes interlocutores, designada “ídioteleto” que, cada um contribui com algo diferente para o uso da linguagem, uma vez selecionados os traços desses ídioteletos como um todo. Assim, constatamos que, os empréstimos, como fatores da mudança linguística, muitas vezes, são adotados através da mídia que mais influencia essa mudança do Tétum.

5.3 Sobre nossos questionamentos:

Quanto às políticas linguísticas do país, no que concerne à implementação da norma, verificamos que, na prática, a língua mais usada nas publicações ou na mídia é o Tétum conforme está previsto no artigo 4º do decreto do governo nº 1/2004 de 14 de Abril. Quanto ao uso do Tétum Praça, a variedade do Tétum reconhecida como a oficial como consta no artigo 2º do mesmo decreto, conclui-se o seguinte:

- a) Recurso ao uso de empréstimos do Português em detrimento de empréstimos do Malaio indonésio
- b) Uso excessivo de termos portugueses por parte dos falantes fluentes nessa língua mesmo que o léxico possa dispôr de termos equivalentes
- c) Pouca recorrência aos termos de origem nativa, ou seja, do Tétum Téric, como um dos princípios assumidos pelo INL
- d) Alguns erros ortográficos que não seguem a padronização ortográfica do Tétum e a inadequação no emprego de empréstimos em termos de flexão como interferência linguística.

Com essas anotações vemos que nas alíneas *b*, *c* e *d*, a aplicação da norma em preservar a língua Tétum como língua nativa, torna-se restrita, na medida em que se faz uso de empréstimos portugueses em excesso o que pode eliminar os termos próprios do léxico. Esse uso também desvia, em

partes, a norma gramatical do Tétum, como, por exemplo, o uso do plural. Essas ocorrências podem contribuir para a extinção da língua nativa já que a criação de um idioleto contribui para uma prática coletiva generalizada uma vez que a mídia tem muita influência na mudança da língua, pois qualquer adoção ou inovação aceita por parte do ouvinte, serve de modelo para posteriores expressões.

Sabemos que os empréstimos linguísticos são necessários para novas realidades, principalmente num mundo globalizado. Assim como foram definidas outras línguas além das oficiais para a intercomunicação, a língua nativa não deixa de ser influenciada, porém, no caso do Tétum, para mantê-lo vivo com suas regras básicas, seus falantes têm de procurar preservá-lo, procurando empregar vocábulos ou expressões existentes ou recorrer aos termos genuínos de origem indígena como assumido pelo INL. Para isso esses “lugares de poder”, além de impôr normas, devem tomar medidas preventivas para evitar usos inadequados, pois diferentemente da oralidade, a escrita deve ter mais rigor, considerando a mídia como lugar que tem mais influência. Embora cada falante tenha a liberdade de fazer uso na sua linguagem, a escrita na língua Tétum precisa de uma uniformização como língua oficial e preservação como língua nativa.

A atribuição de força, rivalidade ou influência de uma língua sobre outra, faz senso comum, porém, deve-se entender que a língua é praticada pelos sujeitos falantes que, neste contexto, estão sujeitos a uma situação imposta. Não se pode atribuir força, prestígio ou rivalidade a uma dada língua, pois a própria língua é objeto de imposição. Para que a língua seja caracterizada de uma forma ou outra, depende dos sujeitos falantes e do lugar social que estes ocupam, depende, por isso, da situação, da classe social ou do domínio de outro povo.

Existe o preconceito que classifica uma variedade da língua como “alta” e a outra “baixa”. Cabe-nos dizer que as línguas são universalmente iguais, o que caracteriza a língua nas suas variedades é a classe social ou letrada de seus falantes. Quanto à idéia de uma língua não possuir uma gramática adequada, Coseriu (1979) afirma que na medida, em que dois indivíduos se entendem, eles são gramáticos, enquanto o linguista faz ciência. Calvet (2002) fala da diglossia tratada por Ferguson que tinha como exemplo uma variedade

alta e a outra baixa, em que a variedade baixa, trinta anos depois, torna-se, hoje, variedade alta e sendo que a antiga variedade “alta” seria dentro em pouco uma língua morta. Ele menciona como exemplo às línguas românicas (Português, Espanhol, Francês) que são hoje variedades altas em relação ao Latim. Quanto ao Tétum, língua que sempre sofreu uma situação diglósica, ou seja, era usada apenas em situações informais em relação às línguas de países dominadores, hoje, com o estatuto de língua oficial, e, com os estudos que irão se desenvolver, as terminologias técnicas e científicas, ela se tornará uma língua de prestígio.

O preconceito impregnado na mentalidade das pessoas no sentido de dizer que uma língua é superior ou inferior em relação à outra, por força da classe social, da raça, ou de outros fatores, precisa ser desmascarado por meio de um trabalho contínuo de conscientização, como escreve Bagno, 2009. Também segundo ele, “o tipo mais trágico de preconceito não é aquele que é exercido por uma pessoa em relação à outra, mas o preconceito que uma pessoa exerce contra si mesma”. Assim, um povo muitas vezes se acha inferior a outro como vimos no caso do povo de Timor-Leste, povo que foi dominado. Sua subserviência forçada, principalmente no período de colonização portuguesa, fez com que ele se achasse inferior e que sua língua nativa fosse sempre inferior, em relação às línguas que foram politicamente dominantes, como são línguas de ensino e de ciência, e, por isso acabam sendo mais prestigiosas do que as línguas locais. Entendemos que se a língua Tétum sofreu mudanças, isso se deveu a forças externas e a imposições do poder que tiveram consequências linguísticas.

Achamos que a língua Tétum, sendo língua oficial precisa se desenvolver no sentido de se “equipar” de terminologias técnicas e científicas e com uma regra básica uniformizada. Por outro lado precisa ser preservada da possibilidade de eliminação de seus vocábulos, recorrendo às expressões disponibilizadas nos dicionários do Tétum, ou, construindo novos neologismos. Para isso é importante um curso de formação de professores de língua Tétum, como parte dos planos de governo. Só assim poderá responder aos princípios da política linguística em desenvolver e ao mesmo tempo preservar as línguas nacionais, principalmente o Tétum.

Referências bibliográficas

AGUIAR, G. *Ortografia Portuguesa e Etimologia*, Universidade do Vale do Rio dos Sinos 93000, São Leopoldo RS Brasil, 1984.

BAGNO, M. *Preconceito Linguístico*, 52ª edição, Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1999.

BARZOTTO, V. H. *Leitura de revistas periódicas: forma, texto e discurso. Um estudo sobre a revista realidade (1966-1976)* – Tese de Doutorado, 1998.

BASSAREWAN e SILVESTRE, in: *Revista da faculdade de educação da usp maio/ago.2010* Educação e Pesquisa, VOLUME 02, 2010.

BORBA, F. S. *Introdução aos estudos linguísticos*, 9ª edição, revista, 1986

BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Lingüísticas, In___*A Economia das Trocas Lingüísticas: O que falar quer dizer*, São Paulo, 1996.

CALVET, J.L. *As Políticas Linguísticas*, Parábola Editorial: ipol, 2007.

CALVET, L-J, *Sociolinguística – Uma introdução crítica*, São Paulo: Parábola, 2002.

CÂMARA, J.M, *Princípios de Linguística Geral*, 5ª ed. Rev . e aum. Rio de Janeiro. Padrão Livraria, 1980.

CHARADEAU, P. *Discurso das Mídias*, 1ª edição, 2ª reimpressão, São Paulo: contexto, 2009.

CARVALHO, N, *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*, São Paulo: Cortez, 2009.

CORTE REAL, B.A. *A Língua Portuguesa e a sua (dis) paridade com o Tétum*, Lição de Sapiência na Abertura oficial do Ano Académico 2007/08, no Seminário de São Pedro e São Paulo, Dili-Timor Leste, 2007.

COSERIU, E. *Sincronia, Diacronia e História: o problema da mudança lingüística*, Rio de Janeiro: Presença São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

COSERIU, E. & LAMAS, O. L. *Linguagem e Discurso*, Curitiba: Editora UFPR, 2010.

COSTA, L. *Dicionário de Tétum-Português*, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Edições Colibri, 2000.

- DUBOIS, J. (org) *Dicionário da Linguística* São Paulo: Cultrix, 2006.
- ESPERANÇA, J.P.T. *Estudos de Linguística Timorense*. In ____ *O Crioulo Português de Bidau e a Evolução do Tétum* Praça SUL Associação de Cooperação para o desenvolvimento, Aveiro, 2001.
- GADET, F. & HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso – Uma introdução à obra de Michel Pécheux*, 2ª ed. Editora da Unicamp, 1993.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem escrita e poder*, 5ª ed.-São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- GUEDES, P.C. Boletim Alab. In ____ *E por que não nos defender da língua?* Edição: Désirée Mota-Roth (UFSM), 2000.
- HAJEK, John. Language contact and convergence in East Timor – the case of Tetun Dili: A.Y. Aikhenvald & R.M.W. Dixon (eds). *Grammars in contact: a cross-linguistic perspective*. Oxford University Press, p. 163-178, 2006.
- HULL, G & ECCLES, L. *Gramática da Língua Tétum*, Lidel, Lisboa-Porto-Coimbra, 2005.
- HULL, G. *Identidade, Língua e Política Educacional*, 2000.
- HULL & ECCLES, *Standard Tetum-English Dictionary*, Allen & Unwin in association with the University of Western Sydney Macathur, 1999.
- SILVA, M.C.P.S. & KOCH, I. V. , *Lingüística Aplicada ao Português: Morfologia* Cortez Editora, 1983.
- MOURTINS, W, *A Linguagem*. In ____ *A Palavra Escrita*, 1996.
- QUINT, Nicolas. *Grammaire de la langue Cap-Verdienne. – étude descriptive et compréhensive du créole afro-portugais des Îles du Cap-Vert*. Paris: L'Hartmattan, 2000.
- ROSSI-LANDI, F. *A Linguagem como Trabalho e como Mercado*. In ____ *A Linguagem como Trabalho e como Mercado: Uma Teoria de Produção e da Alienação Lingüística*, São Paulo, 1985.
- SAUSSURE, F. de, 1857-1913. *Curso de Linguística Geral*, editora Cultrix, São Paulo, 2006.
- THOMAZ, L.F.F.R., *Babel Lorosa'e – O Problema Linguístico de Timor Leste*, 1ª edição, Trigo Limpo, Lisboa, 2002.
- WALDMAN, M & SERRANO, C. *Brava gente de Timor*, São Paulo: Xamã, 1997.

WEINREICH, LABOV, HERZOG, *Fundamentos Empíricos para uma teoria da Mudança Linguística*, São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

VEIGA, M. *A Construção do Bilinguismo*, Ed. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Praia, 2004.

VIARO, M.E. *Por trás das Palavras – Manual de Etimologia do Português*. São Paulo Globo, 2004.

VOGT, C. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*: HUCITEC, Campinas, SP, Fundação de Desenvolvimento da Unicamp, 1980.

Constituição da República Democrática de Timor Leste

Decreto do Governo no. 1/2004, ____ *O Padrão Ortográfico da Língua Tétum*, Jornal da República, Série 1 no 5.

Instituto Nacional da Lingüística, *Matadalan Ortográfico ba Tétun-Prasa*, 1ª edição INL-UNTL, Dili, 2002.

Instituto Nacional de Linguística, *Hakerek tuir banati*, 1ª edição, INL-UNTL, Dili, 2002.

Jornal Semanário, *A Ortografia Padronizada do Tétum – Os seus 115 anos de Construção*, Direção do Instituto Nacional de Lingüística, Timor-Leste, Agosto de 2004.

Atlas Timor-Leste, *Sensus ba populasan ho uma-kain 2004*, Diresaun Nasionál ba Estatística, 2006.

Wikipédia – Waldman Serrano.